

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding” ou “Companhia”) é uma holding da Suzano Papel e Celulose (“SPC”) que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros. A SPC é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo.

A SPC possui unidades fabris nos estados da Bahia, Maranhão e São Paulo. A comercialização de seus produtos no mercado internacional é feita através de vendas diretas e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas no exterior.

A SPC tem ainda por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda à terceiros, a operação de terminais portuários e a participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento.

1.1 Principais eventos ocorridos na SPC e na Companhia em 2015 e 2014

a) Eventos operacionais na SPC

i. Início de produção e vendas da celulose Fluff

Em 7 de dezembro de 2015, iniciou produção e vendas da celulose Fluff, batizada de Eucafluff.

A produção de Eucafluff está concentrada na Unidade Suzano, em São Paulo, e possui a certificação *Forest Stewardship Council* (FSC). O investimento de R\$30.000 na modernização de uma máquina de imprimir e escrever permitiu a flexibilidade na produção desse tipo de papel e de Eucafluff. A capacidade anual de produção dessa máquina é de 100 mil toneladas.

ii. Processo de investigação de *dumping*

Em 19 de agosto de 2015, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América (EUA) proferiu decisão preliminar, em processo de investigação de *dumping* nas importações de certos tipos de papel não revestido provenientes da Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal. Essa decisão fixou, inicialmente, uma taxa antidumping de 33,09% sobre as exportações de papel não revestido cortado (*folio ou cut size*) da SPC para esse país.

Em 2015, as taxas antidumping totalizaram o montante de R\$28.019 e foram apropriadas ao resultado como custo desses produtos exportados e permanecerão depositadas junto ao governo americano pelo menos até decisão final prevista para o primeiro trimestre de 2016. Caso a decisão final seja favorável à SPC, os valores depositados serão revertidos a favor da SPC. No caso de decisão desfavorável, caberá ainda um pedido de revisão e, enquanto não for julgada a revisão, os valores depositados ficam retidos com o governo americano.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

iii. Contratação de pré-pagamento de exportação, estruturada na forma sindicalizada

Em 14 de maio de 2015, a SPC, em continuidade ao seu programa de gestão de passivos financeiros (*Liability Management Program*), contratou, por meio de sua controlada *Suzano Pulp and Paper Europe SA* (“Suzano Europa”), uma operação financeira de pré-pagamento de exportação, estruturada na forma sindicalizada, no valor de US\$600 milhões, pelo prazo total de 5 anos, com amortização de principal a partir do 36º mês e incidência de *Libor* mais juros, inicialmente de 2% a.a., que poderá variar conforme a classificação de *rating* da SPC (Nota explicativa 18).

iv. Aprovação para fins comerciais do eucalipto geneticamente modificado

Em 9 de abril de 2015, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), instância colegiada responsável, dentre outras, pela normatização e orientação técnica referentes às atividades que envolvam a liberação do uso comercial de organismos geneticamente modificados no Brasil, aprovou o pedido da FuturaGene Brasil Ltda. (“Futuragene”), para fins do uso comercial do eucalipto geneticamente modificado com aumento de produtividade - evento H421. Esta decisão está sujeita a eventuais recursos, na forma prevista na legislação pertinente.

v. Operação com Ibema Participações S.A. (“Ibemapar”) e Ibema Companhia Brasileira de Papel (“Ibema”)

Em 18 de março de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de operação com Ibemapar e Ibema, ao final da qual a SPC passará a deter 49,90% das ações representativas do capital social da Ibema. A participação da SPC no capital social da Ibema será de 38% até a completa exclusão de ativos não relacionados à operação de papel cartão.

Nesta operação a SPC vende sua fábrica de papel cartão, localizada no município de Embu/SP, à Ibema pelo montante de R\$50.000, sendo este montante pago através da assunção de dívidas da SPC pela Ibema de igual valor. A SPC fará um aporte de capital na Ibema de R\$8.000 em moeda corrente.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$50.000 apresentado na rubrica Ativos mantidos para Venda é composto por: a) Estoques de R\$11.429; b) Imobilizado líquido de R\$25.228; e, c) Intangível de R\$13.343, líquidos da perda por redução ao valor de recuperação dos ativos líquidos no valor de R\$20.731 o qual foi apropriado no resultado (Nota explicativa 24).

A operação foi realizada após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e sua efetivação, em 04 de janeiro de 2016, ocorreu após cumprimento das condições precedentes usuais. A Ibema possui com esta operação duas unidades fabris com capacidade anual de produção de 140.000 toneladas de papel cartão e contará com gestão profissional e independente e o seu controle será exercido, de forma compartilhada, por SPC e Ibemapar.

vi. Aquisição do Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações (“VFFIP”)

Em 08 de agosto de 2014, em decorrência do cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Quotas celebrado em 04 de junho de 2014,

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

concluiu a aquisição direta da totalidade das quotas emitidas pelo VFFIP, detidas pela Vale S.A, BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF e Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS, pelo montante de R\$528.941, com o pagamento de R\$44.998 a título de sinal na data do fechamento e o saldo remanescente em parcelas anuais e sucessivas de 10 (dez) a 15 (quinze) anos, vencendo a primeira delas 1 (um) ano após a data do fechamento.

O principal ativo do VFFIP é representado pela totalidade das ações do capital social da VFSA, que é detentora de 45 mil hectares de florestas de eucalipto plantadas em áreas arrendadas, no Estado do Pará, os quais serão utilizados para fins de abastecimento de madeira da nova Unidade Maranhão.

vii. Resgate antecipado das debêntures da 2ª série da 3ª Emissão

Em 06 de junho de 2014, a SPC exerceu o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da 2ª série da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. A liquidação financeira ocorreu no dia 11 de junho de 2014, pelo valor nominal atualizado, acrescido de prêmio, no total de R\$164.371, com o consequente cancelamento das Debêntures.

viii. Início das operações e das exportações de celulose da nova unidade industrial no Maranhão

Durante o primeiro trimestre de 2014, iniciou-se a produção de celulose de eucalipto premium na Unidade do Maranhão. No mês de março de 2014, ocorreu a primeira exportação desta celulose à terceiros e, conseqüentemente, início do reconhecimento dos resultados desta unidade no resultado da SPC.

A unidade do Maranhão tem capacidade de produção de 1,5 milhões de toneladas/ano de celulose de mercado de eucalipto e geração excedente de energia de 100MW.

b) Eventos societários na SPC

i. Incorporação e dissolução de controladas

Em 30 de setembro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da SPC aprovou: a) Incorporação das controladas: i) Vale Florestar S.A. (“VFSA”); e, ii) Suzano Energia Renovável Ltda. (“SER”), sendo os ativos líquidos nos montantes de R\$480.552 e R\$41.083, respectivamente, incorporados na SPC; e, b) Dissolução da controlada Aanisan Empreendimentos e Participações Ltda. (“Aanisan”), que não possui saldo de ativos líquidos para serem revertidos à SPC.

ii. Extinção do Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações (“VFFIP”)

Em 25 de setembro de 2014 foi deliberada, em Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, a liquidação antecipada do VFFIP, com a entrega dos ativos integrantes da carteira à SPC no montante líquido de R\$448.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

c) Eventos operacionais da Companhia

Em 06 de agosto de 2015 a Companhia liquidou antecipadamente o empréstimo de USD160 milhões contraído junto a controlada NEMOPAR S.A., com vencimento em 20 de setembro de 2020 (Nota 11). As operações simultâneas de câmbio para pagamento do contrato de mútuo e redução de capital da NEMOPAR S.A., não representaram desembolso de caixa para a Companhia, exceto pelo pagamento do IOF e comissão bancária, e permitiu a dissolução da controlada com a consequente baixa do investimento registrado pela Sociedade (Nota 14).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretamente, indiretamente e as operações em conjunto, cujas demonstrações financeiras coincidem com a data-base da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 11 de março de 2016.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O grupo econômico considerado na preparação das demonstrações financeiras consolidadas é composto pelas seguintes pessoas jurídicas:

	Tipo de participação	31.12.2015		31.12.2014	
		Participação no capital		Participação no capital	
		Votante	Total	Votante	Total
		%	%	%	%
Suzano Papel e Celulose S.A.	Direta	97,25	32,86	97,25	32,91
Suzano América Inc.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Suzano Trading Ltd.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Futuragene PLC.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Bahia Sul Holdings	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Suzano Europa S.A.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Stenfar S.A. Ind. Coml .Imp. Y Exp.	Indireta	10,00	10,00	31,42	31,42
Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda	Indireta	-	-	0,01	0,01
Sun Paper and Board Limited	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Stenfar S.A. Ind. Coml .Imp. Y Exp.	Indireta	90,00	90,00	68,58	68,58
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.	Indireta	50,00	50,00	50,00	50,00
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda	Indireta	100,00	100,00	100,00	100,00
Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda	Indireta	100,00	100,00	99,99	99,99
Paineiras Logística e Transportes Ltda	Indireta	100,00	100,00	99,99	99,99
Premesa S.A.	Direta	99,17	99,17	99,17	99,17
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Direta	83,33	83,33	83,33	83,33
Nemopar S.A .	Direta	-	-	100,00	100,00

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para o Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

demonstrações financeiras da SPC, são reconhecidos na rubrica de Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (CTA - *Cumulative Translation Adjustment*).

As taxas utilizadas na conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior, para a moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras, estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Controlada	Taxa final		Taxa média	
				31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	Suzano Trading Suzano America	3,9048	2,6562	3,3315	2,3536
GBP	Libra Esterlina	Reino Unido	Futuragene Sun Paper	5,7881	4,1405	5,0929	3,8729
CHF	Franco Suíço	Suíça	Suzano Europa	3,9284	2,6836	3,4568	2,5711
EUR	Euro	União Européia	Bahia Sul Holdings	4,2504	3,2270	3,6930	3,1225
ARS	Peso	Argentina	Stenfar	0,3016	0,3172	0,3539	0,2858

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Mensuração do valor justo nas notas explicativas 4 – Instrumentos financeiros e 12 – Ativos Biológicos. Devido a determinação de técnicas de avaliação, premissas baseadas nas condições de mercado e julgamentos para determinação do valor justo;
- Julgamentos nas notas explicativas 15 – Imobilizado, 16 – Ativos intangíveis e 18.2 Arrendamento mercantil financeiro. Devido a vida útil dos ativos, capacidade de obter retorno dos ativos e a determinação se um contrato contém um arrendamento e a sua classificação;
- Incerteza sobre premissas e estimativas nas notas explicativas 13 – Imposto de Renda e Contribuição social diferidos, 19 – Provisão para contingência e 20 – Passivo atuarial. Devido a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, classificação e mensuração do valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis e as premissas utilizadas no cálculo atuarial.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

2.4 Apresentação de informações por segmentos operacionais

As informações foram elaboradas e apresentadas de forma consistente com as informações internas fornecidas à diretoria executiva para tomada de decisões. A Administração definiu como segmentos operacionais Celulose, Papel e Imobiliário.

2.5 Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a DVA individual e consolidada, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia, suas controladas e operação em conjunto aplicaram as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

As reclassificações nas demonstrações financeiras comparativas foram realizadas para melhor apresentação e comparação com as informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

- a) Em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$251.544, da rubrica de fornecedores para operações comerciais com fornecedores, no passivo circulante, referente as operações de risco sacado;
- b) Em 31 de dezembro de 2014, na demonstração dos fluxos de caixa, os montantes de R\$17.253 e R\$17.212 na controladora e consolidado, respectivamente, entre as atividades operacionais, de investimento e financiamento.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. As aplicações desta categoria são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornem parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas não adotam o “*hedge accounting*” previsto nos CPCs 38, 39 e 40.

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação e essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

O ganho ou perda no reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros, decorrente da diferença entre o valor justo e o valor presente dos fluxos de caixa do instrumento descontado pela taxa contratual, chamado de “*day one profit or loss*”, é reconhecido no resultado de maneira proporcional ao prazo da operação, até que todo o montante seja considerado no vencimento, no caso de o valor justo não ser observável diretamente em mercado aberto.

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

ii. Empréstimos (concedidos) e recebíveis

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia e suas controladas não mantém ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ii. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado na data da venda e apresentados no Ativo Circulante. Quando denominadas em moeda estrangeira, são atualizadas pelas taxas de câmbio na data de encerramento do balanço. Em razão do prazo médio de recebimento dos títulos o seu valor corresponde ao valor justo. Para os casos em que a probabilidade de recebimento seja duvidosa e, de acordo com a política interna, é constituída uma provisão em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e o valor de realização. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes. Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de provisões para perdas constituídas para cobrir eventuais perdas identificadas pela Administração.

3.5 Ativos mantidos para venda

Os ativos ou ativos líquidos não correntes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Estes ativos são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Eventual perda por redução ao valor recuperável é alocada inicialmente ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes. As perdas decorrentes desta avaliação são reconhecidas no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

3.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado (nota explicativa 12).

3.7 Investimentos - combinação de negócios

Combinação de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

3.8 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção líquidos dos impostos recuperáveis, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, deduzido da depreciação acumulada e das perdas para redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

Ativos imobilizados oriundos de contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item (nota explicativa 15) e os bens arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas realizaram a revisão da vida útil desses ativos e não identificou ajustes na vida útil econômica estimada de cada item. Gastos com manutenção e reparos dos principais equipamentos industriais que não aumentam significativamente a vida útil desses ativos, são apropriados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

3.9 Intangível

i. Ágio

O ágio é a diferença positiva entre o valor transferido para aquisição e o valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos de uma entidade. O saldo do ágio não é amortizado, entretanto, deve ser atribuído a uma ou mais unidades geradoras de caixa às quais são submetidas a teste de *impairment* no mínimo anualmente. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil do investimento incluindo o ágio, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida tendo como contrapartida o resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável, quando constituída, não pode ser revertida em períodos subsequentes.

ii. Ativo intangível com vida útil definida

Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.10 Dividendos e juros sobre o capital próprio (“JCP”) a pagar

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecido como passivo, com base na legislação societária e no estatuto da Companhia, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios. A parcela excedente dos dividendos declarada pela Administração é apresentado na rubrica dividendos propostos, junto das reservas de lucros no patrimônio líquido. Quando o valor excedente é aprovado pelos acionistas a parcela é transferida para o passivo circulante.

3.11 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.12 Imposto de renda da pessoa jurídica (“IRPJ”) e contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributáveis, vigentes na data do balanço, dos países onde a Companhia e suas controladas atuam e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13 Provisões

Constitui-se uma provisão em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Passivos contingentes são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) Passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) Passivos contingentes com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são descritos e divulgados nas notas explicativas; e, iii) Passivos contingentes com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

3.15 Passivo atuarial

Os planos de benefício definido são avaliados por atuário independente, para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os juros incorridos sobre o passivo atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de “despesas financeiras”.

3.16 Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia e de suas controladas recebem parcela de sua remuneração na forma de: i) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro; e ii) planos de pagamento baseado em ações com liquidação em ações com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos i) e ii) são inicialmente reconhecidas no resultado como despesas administrativas em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição (carência) quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é remensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da SPC, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada “reserva de opção de compra de ações”. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia e suas controladas liquidam o passivo financeiro em favor do executivo.

3.17 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e não foram registrados ajustes desta natureza.

3.19 Receita operacional

As receitas de vendas dos produtos estão sendo apresentadas líquidas dos impostos, devoluções, descontos incondicionais e bonificações a clientes. A receita proveniente de venda dos produtos é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas controladas não detém mais envolvimento com o produto vendido e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

3.20 Partes relacionadas

A política da Companhia e suas controladas para realização de operações e negócios com partes relacionadas determina que tais operações observem os preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e suas controladas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

3.21 Normas publicadas ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2016, uma série de novas normas e interpretações serão efetivas, mas a Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

- a) Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41) - Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27 /IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29 / IAS 41. A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações introduzidas e concluiu que seus ativos biológicos não se enquadram no conceito de plantas produtivas e que, portanto, estas alterações não produzirão impacto em suas demonstrações financeiras.
- b) IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e, inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requerimentos sobre a contabilização de *hedge*. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos que esta norma vai ter em suas demonstrações financeiras.
- c) IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes - Exige que a entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

controle desses bens ou serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos que esta norma vai ter em suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- a) Contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- b) Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- c) Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (alterações CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- d) Entidades de investimento: Exceção de consolidação (alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Instrumentos financeiros

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

a. Visão geral

A Administração da Companhia e de suas controladas está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia e de suas controladas. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente da Companhia e de suas controladas no longo prazo, a Companhia e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia e de suas controladas contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da Companhia e de suas controladas estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia e suas controladas têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes das atividades operacionais da Companhia e suas controladas.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

caixa e resultado da Companhia e suas controladas aos riscos de mercado; (ii) mensuração e comunicação dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

A Companhia e suas controladas utilizam os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes. Os principais riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de mercado e oscilações de preços de insumos;
- Risco de taxas de juros; e
- Risco de capital.

A Companhia e suas controladas não adotam a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos exercícios da Controladora e consolidadas, e apresentados na Nota 25.

b. Avaliação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas e apresentadas abaixo. Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.786.396	3.727.752	302.162	33.280
Aplicações financeiras	6	970.850	-	-	-
Ganhos não realizados em operações com derivativos	4	195.393	60.092	-	-
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	7	1.886.297	1.207.711	-	-
		4.838.936	4.995.555	302.162	33.280
Passivo					
Passivo pelo custo amortizável					
Fornecedores		581.477	501.555	-	-
Financiamentos e Empréstimos	18	14.723.597	13.786.071	12.709	25.486
Compromissos com aquisição de ativos	22	824.864	714.690	-	-
Débitos a pagar para partes relacionadas	11	-	-	-	424.992
Valor justo por meio do resultado					
Perdas não realizadas em operações com derivativos	4	635.131	127.268	-	-
		16.765.069	15.129.584	12.709	450.478

4.2 Valor justo *versus* valor contábil

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos swaps de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da BM&FBovespa e ANBIMA para operações de taxas de juros em reais, e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para operações de taxa *Libor*. O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da BM&FBovespa.

Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de apreamento de opções, como *Black & Schole*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, junto aos principais participantes deste mercado. Por fim, o valor justo dos contratos para fixação de preços de bunker de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.786.396	1.786.396	3.727.752	3.727.752
Aplicações financeiras	970.850	970.850	-	-
Ganhos não realizados em operações com derivativos (circulante e não circulante)	195.393	195.393	60.092	60.092
Contas a receber de clientes	1.886.297	1.886.297	1.207.711	1.207.711
	4.838.936	4.838.936	4.995.555	4.995.555
Passivo				
Fornecedores	581.477	581.477	501.555	501.555
Financiamentos e empréstimos (circulante e não circulante)	14.723.597	15.640.040	13.786.071	14.677.449
Compromissos com aquisição de ativos	824.864	636.504	714.690	782.112
Perdas não realizadas em operações com derivativos (circulante e não circulante)	635.131	635.131	127.268	127.268
	16.765.069	17.493.152	15.129.584	16.088.384

4.3 Risco de crédito

As políticas de vendas e de crédito, determinadas pela Administração da SPC, visa minimizar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos financeiros que mitiguem os riscos de crédito, principalmente a apólice de seguro de crédito de exportações e para as vendas no mercado interno.

As demandas de crédito a clientes são devidamente avaliadas através de um modelo de análise de crédito com aspectos qualitativos e quantitativos para atribuição do limite de crédito, sendo submetidos à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A SPC provisiona todos os títulos de clientes em aberto vencidos há mais de 90 dias e não renegociados, desde que não existam garantias reais. Também são provisionados os títulos em aberto de clientes que entrem em recuperação judicial.

A fim de mitigar o risco de crédito, as operações financeiras realizadas pela SPC estão diversificadas entre os bancos, concentrando mais de 95% das operações em bancos com *rating* AAA nas principais agências de classificação de crédito.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O valor contábil dos ativos financeiros que representa a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras está apresentado a seguir:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.786.396	3.727.752	302.162	33.280
Aplicações financeiras	6	970.850	-	-	-
Contas a receber de clientes	7	1.886.297	1.207.711	-	-
Ganhos não realizados em operações com derivativos	4	195.393	60.092	-	-
Total		4.838.936	4.995.555	302.162	33.280

4.4 Risco de liquidez

Apresentamos a seguir a maturidade dos passivos financeiros com liquidação em caixa, incluindo estimativa de pagamentos de juros e variação cambial. Os valores abaixo divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados a valor futuro e que, portanto, não podem ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

		31.12.2015				
Consolidado	Nota	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Financiamentos e empréstimos	18	18.677.888	2.890.707	2.337.577	9.733.487	3.716.117
Fornecedores	17	581.477	581.477	-	-	-
Compromisso com aquisição de ativos	22	882.051	109.948	106.316	286.358	379.429
Derivativos a pagar	4	782.808	289.603	273.558	219.647	-
Operações comerciais com fornecedores	17.1	206.454	206.454	-	-	-
Outras contas a pagar		327.978	327.825	153	-	-
		21.458.656	4.406.014	2.717.604	10.239.492	4.095.546

		31.12.2014				
Consolidado	Nota	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Financiamentos e empréstimos	18	21.540.625	2.539.010	2.482.479	8.967.118	7.552.018
Fornecedores	17	501.555	501.555	-	-	-
Compromisso com aquisição de ativos	22	1.045.564	104.624	103.936	307.408	529.596
Derivativos a pagar	4	69.028	15.810	4.332	48.886	-
Operações comerciais com fornecedores	17.1	251.544	251.544	-	-	-
Outras contas a pagar		240.414	207.303	32.958	153	-
		23.648.730	3.619.846	2.623.705	9.323.565	8.081.614

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Não é esperado que os fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, ocorram antes do prazo previsto ou em montantes significativamente diferentes daqueles apresentados.

Apresentamos a seguir os vencimentos das operações de derivativos:

Consolidado Derivativos	31/12/2015						
	Valor Futuro	Até 1 mês	1 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Ativos ⁽¹⁾	216.091	99.643	11.031	31.163	18.364	50.416	5.474
Passivos ⁽¹⁾	782.808	109.402	37.949	67.826	74.426	273.558	219.647
	(566.717)	(9.759)	(26.918)	(36.663)	(56.062)	(223.142)	(214.173)

⁽¹⁾ A classificação entre ativo e passivo das operações com derivativos difere dos montantes apresentados nas rubricas do balanço por considerar o valor futuro.

4.5 Risco de mercado

A captação de financiamentos e a política de hedge cambial da SPC são norteadas pelo fato de que mais de 50% da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao real. Esta exposição estrutural permite que a SPC contrate financiamentos de exportação em dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com o fluxo de recebimentos das vendas no mercado externo, proporcionando um hedge natural de caixa para estes compromissos. O excedente de receitas em dólares não atreladas aos compromissos da dívida e demais obrigações é vendido no mercado de câmbio no momento da internação dos recursos.

Como proteção adicional, podem ser contratadas vendas de dólares nos mercados futuros, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual minoritário do excedente de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor líquido de principal das operações contratadas, pela SPC, para venda futura de dólares através de *Non Deliverable Forwards* ("NDF's") simples era de US\$159,5 milhões e de *Zero-Cost Collars* ("Estratégia com Opções") era de US\$500 milhões. Seus vencimentos estão distribuídos entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, como forma de fixar as margens operacionais de uma parcela das vendas ao longo deste período. O efeito caixa destas operações somente se dará em suas datas de vencimento, quando irão gerar desembolso ou recebimento de caixa, sendo que o *Zero-Cost Collar* possui a vantagem de não haver desembolso ou recebimento de caixa caso o câmbio permaneça dentro do intervalo contratado.

Adicionalmente as operações de hedge cambial, também são celebrados contratos de swap de taxas de juros flutuantes para taxas fixas, para diminuir os efeitos das variações nas taxas de juros sobre o valor da dívida, e contratos de swap entre diferentes taxas de juros e índices de correção, como forma de mitigar o descasamento entre diferentes ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 a SPC possuía em aberto (i) US\$150 milhões em swaps de CDI para Libor de 6 meses, (ii) US\$380 milhões em swaps de cupom cambial para taxa Libor de 3 meses e (iii) US\$72,8 milhões em swap de Libor para taxa pré-fixada em dólar.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.6 Risco de Mercado – taxas de câmbio

A exposição líquida em moeda estrangeira está apresentada no quadro a seguir:

Consolidado	31.12.2015 (valores em milhares de R\$)						31.12.2014 (valores em milhares de R\$)					
	USD	EUR	GBP	CHF	ARS	Total	USD	EUR	GBP	CHF	ARS	Total
Caixa e equivalentes de caixa	783.430	63	25.721	89.902	30.714	929.830	969.668	50	33.103	58.470	2.335	1.063.626
Contas a receber	1.164.345	4.962	15.075	-	28.320	1.212.702	525.480	22.388	6.817	-	29.119	583.804
Fornecedores	(39.050)	-	(608)	(2.380)	(14.046)	(56.084)	(32.119)	-	(610)	(922)	(11.378)	(45.029)
Financiamentos e empréstimos	(9.676.957)	-	-	-	-	(9.676.957)	(7.498.798)	-	-	-	-	(7.498.798)
Compromissos com aquisição de ativos	(455.495)	-	-	-	-	(455.495)	(333.302)	-	-	-	-	(333.302)
Derivativo Opções	(1.952.400)	-	-	-	-	(1.952.400)	-	-	-	-	-	-
Derivativo NDF	(360.305)	-	-	-	(72.532)	(432.837)	(1.246.050)	-	-	-	(12.219)	(1.258.269)
Derivativo Swap	(227.785)	-	-	-	-	(227.785)	(1.352.679)	-	-	-	-	(1.352.679)
Débitos a pagar para partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	(424.992)	-	-	-	-	(424.992)
TOTAL	(10.764.217)	5.025	40.188	87.522	(27.544)	(10.659.026)	(9.392.792)	22.438	39.310	57.548	7.857	(9.265.639)

Análise de sensibilidade – exposição cambial

A Companhia e suas controladas para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisam conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira, sendo adaptado como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação e apreciação do Real em relação às demais moedas em 25% e 50%.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

	31/12/2015				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado USD x BRL					
Financiamentos e empréstimos	(9.676.957)	(2.419.239)	(4.838.479)	2.419.239	4.838.479
Contas a receber	1.164.345	291.086	582.173	(291.086)	(582.173)
Fornecedores	(39.050)	(9.762)	(19.525)	9.762	19.525
Derivativo <i>Swap</i>	(258.638)	(157.597)	(315.194)	157.597	315.194
Derivativo Opções	30.853	7.713	15.427	(7.713)	(15.427)
Derivativo <i>Convertibility</i>	(81.445)	(90.542)	(180.960)	90.670	181.471
Derivativo <i>NDF</i>	(121.955)	(381.015)	(837.288)	357.066	829.956
Derivativo Celulose	(548)	(137)	(274)	137	274
Derivativo Petróleo	(3.681)	(920)	(1.840)	920	1.840
Derivativo Opções Petróleo	(4.449)	(1.112)	(2.225)	1.112	2.225
Compromissos com aquisição de ativos	(455.495)	(113.874)	(227.748)	113.874	227.748
TOTAL	(9.447.020)	(2.875.399)	(5.825.932)	2.851.577	5.819.111
	31/12/2015				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado ARS x BRL					
Caixa e equivalentes de caixa	30.714	7.678	15.357	(7.678)	(15.357)
Contas a receber	28.320	7.080	14.160	(7.080)	(14.160)
Fornecedores	(14.046)	(3.512)	(7.023)	3.512	7.023
Derivativo <i>NDF</i>	10.963	2.741	5.481	(2.741)	(5.481)
TOTAL	55.951	13.987	27.975	(13.987)	(27.975)
	31/12/2015				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado CHF x BRL					
Caixa e equivalentes de caixa	89.902	22.476	44.951	(22.476)	(44.951)
Fornecedores	(2.380)	(595)	(1.190)	595	1.190
TOTAL	87.522	21.881	43.761	(21.881)	(43.761)
	31/12/2015				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado GBP x BRL					
Caixa e equivalentes de caixa	25.721	6.430	12.860	(6.430)	(12.860)
Contas a receber	15.075	3.769	7.537	(3.769)	(7.537)
Fornecedores	(608)	(152)	(304)	152	304
TOTAL	40.188	10.047	20.093	(10.047)	(20.093)
	31/12/2015				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa (Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado EUR x BRL					
Fornecedores	5.025	1.256	2.512	(1.256)	(2.512)
TOTAL	5.025	1.256	2.512	(1.256)	(2.512)

4.7 Risco de mercado – taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2015, a posição nocial em derivativos com indexação a taxas pré-fixadas totalizou R\$2.242.867 (31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$ 3.699.801, indexado a taxas pós-fixadas atreladas ao CDI – Certificados de Depósito Interbancário).

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

Para a análise de sensibilidade das operações impactadas pelas taxas: Pré, *Libor*, Cupom de Dólar, a SPC adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2015, os demais cenários foram construídos considerando variações positivas e negativas de 25% e 50% sobre as taxas de juros de mercado.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

	31/12/2015				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Pré					
Derivativo <i>Swap</i>	(258.638)	29.823	59.222	(30.268)	(61.004)
Derivativo <i>NDF</i>	(81.445)	(147)	(291)	151	305
Derivativo Opções	(121.955)	(28.724)	(57.590)	28.743	57.702
TOTAL	(462.038)	952	1.341	(1.374)	(2.997)

	31/12/2015				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Libor					
Derivativo <i>Swap</i>	(258.638)	(3.235)	(6.447)	3.258	6.540
TOTAL	(258.638)	(3.235)	(6.447)	3.258	6.540

	31/12/2015				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Cupom de Dólar					
Derivativo <i>NDF</i>	(81.445)	(1.974)	(3.919)	2.005	4.043
Derivativo Opções	(121.955)	8.069	16.005	(8.211)	(16.571)
Derivativo <i>Swap</i>	(10.838)	1.825	3.587	(1.891)	(3.851)
TOTAL	(214.238)	7.920	15.673	(8.097)	(16.379)

4.8 Risco de mercado – preços das commodities

Em 31 de dezembro de 2015, a exposição de contratos da SPC, indexados a preço de commodities de celulose totalizou R\$22.029 (31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$50.760). Em 31 de dezembro de 2015, com relação ao *hedge* dos custos de frete, temos R\$123.103 de posição comprada em *oil bunker* (31 de dezembro de 2014 a SPC não possuía posições compradas para este derivativo).

Análise de sensibilidade – exposição aos preços de commodities

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas aos preços de *commodities*, a SPC adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2015, os demais cenários foram construídos considerando variações positivas e negativas de 25% e 50% sobre os preços de mercado das *commodities*.

A seguir é apresentado os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

	31/12/2015				
	Provável	Alta (Δ de 25%)	Alta (Δ de 50%)	Baixa(Δ de 25%)	Baixa (Δ de 50%)
Consolidado Commodities					
Derivativo Celulose	(548)	(1.572)	(3.144)	1.572	3.144
Derivativo Petróleo	(3.681)	5.938	11.876	(5.938)	(11.876)
Derivativo Opções Petróleo	(4.449)	3.870	4.373	2.705	2.077
TOTAL	(8.678)	8.236	13.105	(1.661)	(6.655)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.9 Derivativos em aberto

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as posições consolidadas de derivativos em aberto da SPC, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, eram assim apresentadas:

Descrição	Vencimentos	Valor de referência (nacional) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em			
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015		31/12/2014	
						A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em moeda estrangeira									
Posição ativa - US\$ Libor	01/01/2016 até	284.202	263.637	282.290	257.028	-	-	-	-
Posição passiva - US\$ Taxa Pré	04/11/2019	284.202	263.637	(293.128)	(269.768)	-	-	-	-
SubTotal		-	-	(10.838)	(12.740)	10.838	-	12.740	-
Swaps de taxas e índices									
Posição ativa - R\$ % DI (2)	01/01/2016 até	331.335	331.335	360.911	353.480	-	-	-	-
Posição passiva - US\$ Libor (2)	04/11/2019	585.720	398.430	(619.549)	(416.130)	-	-	-	-
SubTotal		-	-	(258.638)	(62.650)	258.638	-	126.339	63.690
Swaps de moedas - NDF									
Posição comprada em R\$ x US\$	01/01/2016 até	265.526	79.686	231	3.277	-	231	-	3.277
Posição vendida em R\$ x US\$	04/11/2019	622.699	1.166.364	(81.676)	(24.232)	81.676	-	24.455	224
Posição comprada em US\$ x ARS		72.532	12.219	10.963	(278)	-	10.963	278	-
SubTotal		960.757	1.258.269	(70.483)	(21.233)	81.676	11.193	24.733	3.501
Opções de moeda									
Posição vendida em R\$ x US\$	01/01/2016 até	1.952.400	-	(121.955)	-	-	-	-	-
	02/01/2017				-	-	-	-	-
SubTotal		1.952.400	-	(121.955)	-	121.955	-	-	-
Swaps de commodities									
Posição vendida em celulose BHKP	01/01/2016 até	22.029	50.760	(548)	(116)	548	-	-	-
Posição comprada em petróleo	04/11/2019	88.095	-	(3.681)	-	3.681	-	-	-
Posição comprada em petróleo (ZCC)		35.008		(4.449)		4.448	-		
SubTotal		145.132	50.760	(8.677)	(116)	8.677	-	321	205
Outros									
Posição ativa - cupom cambial	01/01/2016 até	1.483.824	690.612	2.483.280	2.314.902	-	-	-	-
Posição passiva - US\$ Libor fixada	04/11/2019	1.483.824	690.612	(2.452.427)	(2.285.339)	-	-	-	-
SubTotal		-	-	30.853	29.563	-	30.853	-	29.562
Resultado total em derivativos		5.412.035	2.661.708	(439.738)	(67.176)	481.784	42.046	164.133	96.958
Valor em risco (VaR) ⁽¹⁾				140.290	23.952				

⁽¹⁾ VaR com horizonte temporal de 1 dia, com nível de confiança de 95%

⁽²⁾ Através do *one day gain or loss*, o valor justo na contratação (R\$12.243) foi considerado como um custo de transação, não impactando diretamente a marcação a mercado da carteira de derivativos. O custo será reconhecido de maneira proporcional ao prazo da operação, até que todo o montante seja considerado no vencimento. Em 31 de dezembro de 2015 o valor a apropriar é de R\$8.078

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não possuía derivativos em aberto ou liquidado.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, estas mesmas posições consolidadas da SPC, agrupadas por contraparte, são demonstradas abaixo:

Descrição	Valor de referência (nacional) em		Valor justo em		Saldos patrimoniais em			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015		31/12/2014	
					A pagar	A receber	A pagar	A receber
Swaps em moeda estrangeira								
Contrapartes								
BTG Pactual	172.636	168.773	(5.491)	(7.295)	5.491	-	-	-
Santander	55.783	47.432	(2.667)	(2.695)	2.667	-	-	-
Standard Chartered	55.783	47.432	(2.680)	(2.750)	2.680	-	-	-
SubTotal	-	-	(10.838)	(12.740)	10.838	-	12.740	-
Swaps de taxa e índices								
Contraparte								
Bradesco	585.720	398.430	(258.638)	(62.650)	258.638	-	-	-
SubTotal	-	-	(258.638)	(62.650)	258.638	-	126.339	63.690
Swaps de moedas - NDF								
Contrapartes								
Posição comprada em R\$ x US\$								
Itaú BBA	265.526	39.843	231	1.639	-	231	-	1.639
Votorantim	-	39.843	-	1.639	-	-	-	1.639
Posição vendida em R\$ x US\$								
Itaú BBA	265.526	79.686	(1.661)	(1.431)	1.661	-	1.431	-
Votorantim	181.456	515.595	(40.843)	(13.580)	40.843	-	13.686	107
Santander	175.716	571.083	(39.172)	(9.220)	39.172	-	9.338	117
Posição comprada em US\$ x ARS								
Mercado Rofex	26.846	-	4.138	-	-	4.138	-	-
Standard Chartered	-	12.219	-	-	-	-	-	-
Banco Patagonia	45.686	-	6.825	(278)	-	6.825	278	-
SubTotal	-	-	(70.483)	(21.232)	81.676	11.193	24.733	3.501
Opções de moeda								
Posição vendida em R\$ x US\$								
Contraparte								
Itaú BBA	732.150	-	(48.831)	-	48.832	-	-	-
Standard Chartered	195.240	-	(6.460)	-	6.460	-	-	-
JP Morgan	546.672	-	(28.156)	-	28.156	-	-	-
Santander	478.338	-	(38.507)	-	38.507	-	-	-
SubTotal	-	-	(121.955)	-	121.955	-	-	-
Swaps de commodities - Petróleo								
Contraparte								
JP Morgan	9.677	-	(3.059)	-	3.059	-	-	-
Standard Chartered	96.179	-	(2.910)	-	2.910	-	-	-
SubTotal	-	-	(5.969)	-	5.969	-	-	-
Opções de commodities - Petróleo								
Contraparte								
Standard Chartered	17.247	-	(2.160)	-	2.160	-	-	-
SubTotal	-	-	(2.160)	-	2.160	-	-	-
Swaps de commodities - Celulose								
Contraparte								
Standard Chartered	22.029	50.760	(548)	(116)	548	-	-	-
SubTotal	-	-	(548)	(116)	548	-	321	205
Outros								
Contraparte								
JP Morgan	1.483.824	690.612	30.853	29.562	-	30.853	-	-
SubTotal	-	-	30.853	29.562	-	30.853	-	29.562
Resultado total em derivativos	5.412.035	2.661.708	(439.738)	(67.176)	481.784	42.046	164.133	96.958

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.10 Derivativos liquidados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as posições de derivativos liquidadas acumuladas pela SPC, agrupadas por ativo ou indexador de referência, sendo todas elas negociadas no mercado de balcão, são demonstradas abaixo:

Descrição	Vencimentos	Exercício findo em:			
		Valor de referência acumulado (nacional) em		Valor justo (de liquidação) acumulado em	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Swaps em moeda estrangeira					
Posição ativa - US\$ <i>Libor</i>	2014: Jan/14 a Dez/14	263.358	815.356	(9.695)	(10.067)
Posição passiva - US\$ Taxa Pré	2015: Jan/15 a Dez/15	263.358	815.356	-	-
SubTotal		-	-	(9.695)	(10.067)
Swaps de taxas e índices					
Posição ativa - % DI	2014: Jan/14 a Dez/14	462.780	398.430	27.162	13.043
Posição passiva - US\$ Taxa Pré	2015: Jan/15 a Dez/15	-	398.430	-	-
SubTotal		-	-	27.162	13.043
Swaps de moedas					
Posição C/V em R\$ x US\$	2014: Jan/14 a Dez/14	2.010.131	693.295	(267.586)	7.801
Posição comprada em US\$ x ARS	2015: Jan/15 a Dez/15	137.338	63.749	(3.329)	(1.382)
SubTotal		-	-	(270.915)	6.419
Swaps de Commodities					
Posição vendida em celulose BHKP	2014: Jan/14 a Dez/14	58.340	53.151	(3.821)	(575)
Posição comprada em petróleo	2015: Jan/15 a Dez/15	37.659	-	(4.602)	-
SubTotal		-	-	(8.423)	(575)
Outros					
Posição ativa - cupom cambial	2014: Jan/14 a Dez/14	1.151.112	212.496	10.225	7.297
Posição passiva - US\$ <i>Libor</i> fixada	2015: Jan/15 a Dez/15	1.151.112	212.496	-	-
SubTotal		-	-	10.225	7.297
Resultado Total em Swaps		-	-	(251.646)	16.117

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.11 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Financiamentos e empréstimos	14.723.597	13.786.071	12.709	25.486
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.786.396)	(3.727.752)	(302.162)	(33.280)
Dívida líquida	12.937.201	10.058.319	(289.453)	(7.794)
Patrimônio líquido pertencente aos acionistas não controladores	6.172.273	6.920.860	-	-
Patrimônio líquido pertencente aos controladores	3.228.130	3.616.546	3.228.130	3.616.546
Patrimônio líquido e dívida líquida	22.337.604	20.595.725	2.938.677	3.608.752

4.12 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros calculados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços); e
- Nível 3 – *Inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Valor justo em 31.12.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.786.396	1.257.294	529.102	-
Aplicações Financeiras	970.850	-	970.850	-
Derivativos ⁽¹⁾	42.046	-	41.964	82
		1.257.294	1.541.916	82
Passivos				
Derivativos ⁽¹⁾	481.784	-	473.025	8.759
Financiamentos e empréstimos	15.640.040	-	15.640.040	-
Compromissos com aquisição de ativos	636.504	-	636.504	-
		-	16.749.569	8.759

	Consolidado			
	Valor justo em 31.12.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Consolidado				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.727.752	1.117.704	2.610.048	-
Derivativos ⁽¹⁾	96.958	-	96.753	205
		1.117.704	2.706.801	205
Passivos				
Derivativos ⁽¹⁾	164.134	-	163.813	321
Financiamentos e empréstimos	14.677.449	-	14.677.449	-
Compromissos com aquisição de ativos	782.112	-	782.112	-
		-	15.623.374	321

(1) A classificação entre ativo e passivo das operações com derivativos difere dos montantes apresentados nas rubricas do balanço por considerar como ativo ou passivo a totalidade dos fluxos de pagamento classificados como ganhos e perdas no longo prazo.

4.13 Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 a SPC possuía garantias vinculadas a operações de contas a receber consolidado referente a exportações no valor de US\$272 milhões, que correspondia naquela data a R\$1.062.184.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e bancos				
No Brasil	20.468	25.381	67	24
No Exterior	900.565	1.050.945	-	-
	921.033	1.076.326	67	24
Aplicações financeiras				
No Brasil	836.098	2.638.745	302.095	33.256
No Exterior	29.265	12.681	-	-
	865.363	2.651.426	302.095	33.256
	1.786.396	3.727.752	302.162	33.280

Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações consolidadas eram remuneradas a taxas que variavam de 97% a 110% do CDI (31 de dezembro de 2014, 90,0% a 110,0%), exceto para uma parcela de R\$23 do caixa total consolidado em Operações Compromissadas que, por serem aplicações com liquidez diária, possuíam remuneração de 75% do CDI (31 de dezembro de 2014, o montante de R\$383 com remuneração era de 75% do CDI).

6. Aplicações financeiras – consolidado

	Taxa média anual	31.12.2015
Fundos de investimento		
Itaú Investment Grade	103,7% CDI	606.221 ⁽¹⁾
Itaú Referenciado DI	101,3% CDI	258.080 ⁽¹⁾
		864.301
Aplicações financeiras		
Certificado de depósitos bancários	101,2% CDI	106.549
		970.850

⁽¹⁾ No consolidado participam no fundo de investimento de mercado Futuragene Brasil (3,0% de cotas), Paineiras (2,1% de cotas), Ondurman e Amulya (0,5% de cotas somadas).

Em 31 de dezembro de 2015 a SPC possuía aplicações financeiras alocadas em dois fundos de investimento administrados pelo Banco Itaú, lastreados em renda fixa de crédito privado, e em Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

Os fundos de investimento operam com liquidez diária, perfil conservador e disponível para venda. Já as aplicações em CDB são realizadas somente em papéis de baixo risco (high grade) de instituições financeiras.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes – consolidado

7.1 Composição dos saldos

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Cientes no País		
- Terceiros	701.720	627.112
- Partes relacionadas ⁽¹⁾	16.463	22.209
Cientes no exterior		
- Terceiros	1.209.368	580.934
- Partes relacionadas ⁽¹⁾	3.770	3.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45.024)	(25.748)
	<u>1.886.297</u>	<u>1.207.711</u>
Parcela classificada no ativo circulante	<u>1.886.012</u>	<u>1.207.458</u>
Parcela classificada no ativo não circulante	<u>285</u>	<u>253</u>

(1) Vide Nota 11.

7.2 Análise dos vencimentos

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Valores vencidos:		
- Até dois meses	66.988	70.552
- De dois meses a seis meses	24.757	4.292
- Mais de seis meses	37.126	41.464
	<u>128.871</u>	<u>116.308</u>

7.3 Movimentação da provisão para perdas no exercício

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Saldo inicial	(25.748)	(18.170)
Créditos provisionados no período	(22.587)	(11.614)
Créditos recuperados no período	1.162	1.602
Créditos baixados definitivamente da posição	1.999	1.788
Variação cambial	150	646
Saldos finais	<u>(45.024)</u>	<u>(25.748)</u>

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

8. Estoques – consolidado

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Produtos acabados		
Celulose		
- País	87.930	92.210
- Exterior	341.856	183.923
Papel		
- País	168.382	197.591
- Exterior	67.920	65.179
Produtos em elaboração	45.616	33.721
Matérias-primas	404.975	329.356
Materiais de almoxarifado e outros	199.317	175.101
	<u>1.315.996</u>	<u>1.077.081</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de estoques na SPC estava líquido da provisão para perdas no montante de R\$42.466, sendo: i) produtos acabados R\$703; ii) matérias-primas R\$23.502; iii) materiais de almoxarifado R\$18.261 (31 de dezembro de 2014, o montante de R\$29.029, sendo: i) produtos acabados R\$928, ii) matérias-primas R\$8.111; iii) materiais em elaboração R\$84 e iv) materiais de almoxarifado R\$19.906). Essas perdas são reconhecidas no resultado na rubrica de custos dos produtos vendidos.

A SPC não disponibilizou itens dos estoques para penhor ou garantia a passivos para os exercícios apresentados.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
IRPJ e CSLL - antecipação e impostos retidos	165.304	127.835	2.022	2.348
PIS e COFINS - sobre aquisição de imobilizado (1)	70.275	100.376	-	-
PIS e COFINS - demais operações (2)	324.003	406.023	272	838
ICMS - sobre aquisição de imobilizado (1)	75.795	75.157	-	-
ICMS - outras operações (2)	235.651	167.403	-	-
Outros impostos e contribuições (3)	169.317	93.060	-	-
Provisão para perdas de crédito de ICMS	(7.998)	(9.333)	-	-
	1.032.347	960.521	2.294	3.186
 Total ativo circulante	599.277	478.895	2.294	3.186
Total ativo não circulante	433.070	481.626	-	-

(1) Créditos com realização vinculada ao prazo de depreciação do ativo correspondente.

(2) Créditos com disponibilidade para realização imediata.

(3) Em 31 de dezembro de 2015 inclui o montante de R\$157.021 referente a créditos do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras ("Reintegra"), conforme Lei 13.043/2014 e Decreto 8.415 de 27 de fevereiro de 2015 (31 de dezembro de 2014, o montante de R\$82.286). Os créditos foram reconhecidos pela SPC no resultado na rubrica de "custo dos bens vendidos".

9.1 Imposto de renda e contribuição social

Representa os créditos de IRPJ e CSLL pagos por estimativa no decorrer do exercício cuja base de cálculo ajustada no final do exercício apresentou prejuízo fiscal, impostos retidos sobre aplicações financeiras e atualização pela Selic. Os créditos são utilizados para compensação com outros tributos federais devidos e retenções na fonte a recolher.

9.2 Programa de integração social ("PIS") e contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS")

Os montantes referem-se substancialmente aos créditos provenientes de insumos e serviços adquiridos para fabricação de produtos da SPC, cujas vendas não foram tributadas na saída por tratar-se de exportações e, sobre aquisição de ativo imobilizado e serviços da unidade industrial de Imperatriz-MA, sendo que a disponibilização fiscal de parte do crédito ocorrerá com base no prazo de depreciação desses ativos. A SPC realizará tais créditos, com débitos advindos das atividades comerciais e através da compensação com outros tributos federais.

9.3 Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS")

Em 31 de dezembro de 2015, os créditos de R\$80.264 e R\$125.297 das unidades de Mucuri-BA e Imperatriz-MA da SPC, respectivamente (31 de dezembro de 2014, os montantes eram de R\$77.772 e R\$72.593), devem-se essencialmente pelo não aproveitamento de créditos nas saídas de exportação de celulose e de papel, imunes de tributação.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A SPC solicitou processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e do Maranhão para realização desses créditos. Encontram-se homologados os montantes de R\$67.722 e R\$31.650 na Bahia e no Maranhão, respectivamente e podem ser utilizados para compensações autorizadas pelo Regulamento do ICMS do Estado, ou negociados em mercado ativo.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, a SPC reverteu o montante de R\$40.943 referente a créditos de ICMS sobre óleo combustível não homologados no Estado do Maranhão, do período de 31 de outubro de 2013 a 30 de setembro de 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a SPC reverteu a totalidade da provisão para perda com os créditos de ICMS da Bahia devido ações comerciais implementadas desde 2014, para aproveitamento do crédito de ICMS através de operações de vendas internas de papel (31 de dezembro de 2014, provisão era no montante de R\$9.333). A SPC constituiu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, provisão para perda parcial dos créditos de ICMS do Maranhão no montante de R\$7.988.

10. Programa de Fomento – consolidado

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dos adiantamentos de recursos financeiros e de insumos para fomentados totalizou o montante de R\$251.852 na SPC, classificados no ativo circulante e não circulante (31 de dezembro de 2014, o montante de R\$257.490).

O programa de fomento é um sistema onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para fornecimento de produto agrícola (madeira) à SPC, não estando estes adiantamentos sujeitos a avaliação pelo valor justo.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas

11.1 Saldos e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (despesas)	
Com partes relacionadas						
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	Venda de papel	16.461	(2)	-	15.493 (1)	47.928 (2)
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	-	(466)
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	-	-	(342)
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	-	-	-	-	(3.642)
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	-	7.467 (3)
Ficus Empreendimentos e Participacoes S.A.	Compartilhamento de despesas	-	150	(14)	-	-
CP+ Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	221	-	-	2.649 (3)
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas	-	-	147	-	-
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas	-	-	294	-	-
Taba Consultores Associados Ltda.	Consultoria e assessoria	-	-	-	-	(888)
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	-	1.937 (3)
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas	2	4	-	-	23
Acionistas	Juros sobre capital próprio	-	-	68.272 (7)	-	-
		16.463	375	84.192		54.666
Com empresas controladas diretas						
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	345 (4)	15	-	27.100 (4)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	-	-	-	419 (3)
Nemopar S.A.	Empréstimo de mútuo e Variação cambial	-	-	-	-	(144.608) (5)
Premesa S.A.	Dividendos e compartilhamento de despesas	-	-	-	-	1.217 (3)
		-	345	15		(115.872)
Entre partes relacionadas						
Stenfar	Compartilhamento de despesas	3.770 (6)	-	-	-	523
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	3.770 (6)	-	(523)
		3.770	-	3.770		-

11.2 Saldos e transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Partes relacionadas	Natureza da Principal Operação	Ativo		Passivo		Resultado			
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (despesas)			
Com partes relacionadas									
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	Venda de papel	22.209	(2)	-	21.494	(1)	-	78.505	(2)
Mabex Representações e Participações Ltda.	Serviços de aeronave	-	-	-	-	-	-	(712)	
Lazam-MDS Corretora e Adm.de Seguros S.A.	Consultoria e assessoria em seguros	-	-	27	-	-	-	(324)	
Instituto Ecofuturo	Serviços sociais	-	-	-	-	-	-	(3.229)	
Bexma Comercial Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	7.428	(3)	-	-	-	7.521	(3)
S2TEC Serviços de Tecnologia Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	1.940	(3)	-	-	-	1.940	(3)
CP+ Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda.	Compartilhamento de despesas	-	2.649	(3)	-	-	-	2.649	
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	Outras despesas	-	-	69	-	-	-	-	
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	Outras despesas	-	-	149	-	-	-	-	
Taba Consultores Associados Ltda.	Consultoria e assessoria	-	-	-	-	-	-	(941)	
IPLF Holding S.A.	Créditos de ações tributárias	-	-	-	-	-	-	591	
Acionistas	Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	114	-	-	-	-	
		<u>22.209</u>	<u>12.017</u>	<u>21.853</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>86.000</u>	
Com empresas controladas diretas									
Suzano Papel e Celulose S.A.	Concessão de fianças e gastos administrativos	-	2.686	(4)	-	-	-	34.574	(4)
Nemopar S.A.	Empréstimo de mútuo e Variação cambial	-	-	-	424.992	(5)	-	(50.176)	(5)
Premesa S.A.	Dividendos	148	-	-	-	-	-	-	
		<u>148</u>	<u>2.686</u>	<u>-</u>	<u>424.992</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.602)</u>	
Entre partes relacionadas									
Stenfar	Compartilhamento de despesas	3.204	(6)	-	-	-	-	541	
IPLF Holding S.A.	Compartilhamento de despesas	-	-	3.204	(6)	-	-	(541)	
		<u>3.204</u>	<u>-</u>	<u>3.204</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	

1) Operações de vendedor que estão classificadas como financiamentos e empréstimos (Nota 18);

2) Operações comerciais de venda de papel e celulose;

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- 3) Compartilhamento de despesas com serviços administrativos;
- 4) Avais e fianças sobre garantias prestadas em favor da SPC e compartilhamento de despesas;
- 5) Empréstimo contraído junto à controlada Nemopar S.A., com vencimento em 20 de setembro de 2020, sujeito à variação cambial do dólar norte americano, liquidado em 06 de agosto de 2015 (Nota 1.1c);
- 6) Compartilhamento de despesas realizado entre Stenfar, controlada da SPC, e parte relacionada Clion Polímeros S.A., alienada em outubro de 2012, após cessão da dívida para a IPLF Holding S.A.
- 7) Juros sobre capital próprio creditado pela Companhia aos seus acionistas (nota 23.2).

As transações com controladas e partes relacionadas estão registradas nas seguintes rubricas do balanço:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Saldos a receber					
Clientes	7	20.233	25.413	-	-
Créditos com Controladas - circulante		-	-		148
Créditos com Controladas - não circulante		-	-	345	2.686
Créditos com outras partes relacionadas - não circulante		375	12.017	225	12.017
		20.608	37.430	570	14.851
Saldos a pagar					
Dividendos e JCP a Pagar	23.2	(68.272)	(114)	(68.272)	-
Empréstimos e financiamentos	18	(15.493)	(19.818)	-	-
Fornecedores		-	(1.703)	-	-
Passivos com parte relacionada - circulante		(427)	(218)	(15)	-
Passivos com parte relacionada - não circulante		-	-		(424.992)
		(84.192)	(21.853)	(68.287)	(424.992)
		(63.584)	15.577	(67.717)	(410.141)

11.3 Remunerações dos administradores

Em 31 de dezembro de 2015, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e determinados executivos, reconhecidas no resultado do exercício, totalizaram R\$23.203 na Controladora e R\$110.233 no Consolidado (31 de dezembro de 2014, os montantes eram de R\$21.654 e R\$100.420, respectivamente).

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Benefícios de Curto Prazo	61.955	62.727	20.034	18.803
Salário ou Pró-Labore	32.030	29.829	11.563	11.480
Benefício Direto ou Indireto	3.680	2.541	818	813
Bônus	26.245	30.357	7.653	6.510
Benefícios de Longo Prazo	48.278	37.693	3.169	2.851
Plano de Remuneração baseado em Ações	48.278	37.693	3.169	2.851
Total	110.233	100.420	23.203	21.654

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus e benefícios (assistência médica, vale refeição, vale alimentação, seguro de vida e previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o Plano de Opções de Compra de Ações e Ações Fantasma, destinados aos executivos e membros chaves da administração, conforme regulamentos específicos (Nota 21).

12. Ativos biológicos – consolidado

Os ativos biológicos são florestas de eucalipto de reflorestamento em formação utilizadas para o abastecimento de madeira das fábricas de celulose da SPC. A movimentação dos saldos nos exercícios foram:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.965.872
Adições (1)	743.551
Incorporação VFSA	428.785
Exaustão no exercício	(455.385)
Ganho na atualização do valor justo	12.847
Outras baixas (2)	(36.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.659.421
Adições (1)	1.115.320
Exaustão no exercício	(602.418)
Ganho na atualização do valor justo	23.145
Outras baixas (2)	(64.960)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.130.508

- 1) Em 31 de dezembro de 2015, no consolidado foram eliminados os custos com arrendamento de terras incorridos com controladas da SPC, no montante de R\$20.446. (31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$19.194);
- 2) Em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$18.303 se refere as vendas realizadas no exercício e R\$46.657 a outras baixas relacionadas a perdas e sinistros (31 de dezembro de 2014, os montantes eram de R\$8.744 e R\$27.505, respectivamente).

A avaliação das florestas de eucalipto foi realizada pela Administração da SPC através do método da renda ("Income Approach"), baseado no fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, para refletir o modelo econômico de uma unidade de negócio exclusiva de plantio de madeira de eucalipto.

A SPC, para determinação do valor justo dos seus ativos, levou em consideração todos os custos compreendendo a implantação, reforma e manutenção líquidos dos impostos.

As projeções dos fluxos esperados pela expectativa de produção de madeira em pé com casca, existente na data-base dos balanços, consideraram um ciclo médio de formação da floresta de 7 anos, produtividade média obtida pelo Incremento Médio Anual ("IMA") de 35,1m3/hectare/ano e os custos de formação florestal até o momento apropriado de corte da madeira em pé (ponto de colheita, ou seja, ativos maduros). O preço médio de venda do eucalipto foi de R\$56,36/m3 (Em

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

2014, R\$54.63/m3) foi baseado em pesquisas especializadas em cada região e em transações realizadas pela SPC com terceiros independentes. A taxa de desconto utilizada foi de 10,39% a.a. Em 31 de dezembro de 2015, a SPC detinha 56.863 hectares de área plantada considerados ativos maduros e 374.814 hectares considerados imaturos, perfazendo um total de 431.677 hectares plantados elegíveis ao cálculo.

A SPC administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Nos casos de riscos relacionados a sinistros decorrentes de incêndios é feito o monitoramento constante através de torres de observação estrategicamente posicionadas, com utilização de sistemas de alarmes de incêndios e brigadas de incêndio treinadas para combater os focos nas áreas florestais. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da SPC, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

A SPC não possui nenhum tipo de subvenção governamental relacionada aos seus ativos biológicos, bem como, não possui ativos biológicos dados em garantia nas datas dessas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, o ajuste do valor justo apurado foi um ganho de R\$23.145 (31 de dezembro de 2014, foi um ganho de R\$12.847), sendo reconhecido anualmente no resultado na rubrica de Outras Receitas (Despesas) Operacionais.

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinado em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo não circulante				
Imposto de renda				
Créditos sobre prejuízos fiscais	749.158	619.304	3.049	3.174
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	275.508	206.114	10.161	10.060
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	255.633	151.273	-	-
	<u>1.280.299</u>	<u>976.691</u>	<u>13.210</u>	<u>13.234</u>
Contribuição social				
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	155.071	104.499	1.098	1.142
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	97.618	72.385	2.094	2.058
Créditos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	92.028	54.457	-	-
	<u>344.717</u>	<u>231.341</u>	<u>3.192</u>	<u>3.200</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.625.016</u>	<u>1.208.032</u>	<u>16.402</u>	<u>16.434</u>
Passivo não circulante				
Imposto de renda				
Débitos sobre depreciação acelerada incentivada	604.209	609.854	-	-
Débitos sobre amortização de ágio	117.334	123.569	-	-
Débitos sobre diferimento da variação cambial e monetária	-	54.627	-	54.627
Débitos sobre diferimento na receita de venda de imóveis	7	6	-	-
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	1.382.394	1.390.962	-	-
	<u>2.103.944</u>	<u>2.179.018</u>	<u>-</u>	<u>54.627</u>
Contribuição social				
Débitos sobre amortização de ágio	42.240	44.485	-	-
Débitos sobre diferimento da variação cambial e monetária	-	19.666	-	19.666
Débitos sobre diferimento na receita de venda de imóveis	4	3	-	-
Débitos sobre efeitos da Lei 11.941/09 e IFRS	497.661	500.747	-	-
	<u>539.905</u>	<u>564.901</u>	<u>-</u>	<u>19.666</u>
Total do passivo não circulante	<u>2.643.849</u>	<u>2.743.919</u>	<u>-</u>	<u>74.293</u>
Total líquido ativo não circulante	<u>19.056</u>	<u>1.207</u>	<u>16.402</u>	<u>-</u>
Total líquido passivo não circulante	<u>1.037.889</u>	<u>1.537.094</u>	<u>-</u>	<u>57.859</u>

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social acumulados da Companhia e de suas controladas está abaixo demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízos fiscais	3.009.635	2.490.214	12.196	12.693
Base negativa da contribuição social	1.732.807	1.170.898	12.196	12.693

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

13.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.358.637)	(350.273)	(304.558)	(72.678)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	461.937	119.093	103.550	24.711
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito cambial de conversão das demonstrações contábeis de controladas no exterior	49.167	17.061	-	-
Créditos constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores	-	2.965	-	2.965
Tributação de lucros de controladas no exterior	(10.767)	(4.867)	-	-
IR e CSLL sobre resultado de participações societárias	-	-	(56.297)	(11.711)
Juros sobre capital próprio	27.308	-	27.308	-
Resultados tributados com alíquotas vigentes diferentes da nominal	(12.574)	(11.515)	-	-
Crédito reintegra	25.432	10.900	-	-
Outros	(33.797)	(15.062)	(624)	478
Imposto de renda				
Corrente	(18.193)	(14.579)	(219)	-
Diferido	385.239	100.268	54.603	12.091
	367.046	85.689	54.384	12.091
Contribuição social				
Corrente	(1.588)	(3.208)	(104)	-
Diferido	141.248	36.094	19.657	4.352
	139.660	32.886	19.553	4.352
Receita de imposto de renda e contribuição social nos resultados dos exercícios	506.706	118.575	73.937	16.443
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas apuraram prejuízos fiscais, portanto, não há alíquota efetiva para esse exercício.

13.2 Incentivos fiscais

As unidades industriais da SPC de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA estão situadas em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e possuem o incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda do lucro da exploração e da Depreciação Acelerada Incentivada ("DAI").

Para a unidade de Mucuri/BA, as linhas 1 e 2 gozam do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda do lucro da exploração até os anos calendário 2024 e 2018 respectivamente. A unidade de Imperatriz tem a fruição do incentivo válida até o ano 2024. Este incentivo fiscal é calculado no resultado das operações incentivadas apurado com base no lucro da exploração. O resultado obtido com este benefício fiscal é a redução da despesa de imposto de renda. O valor reduzido de imposto de renda é destinado à conta de reserva de capital, conforme disposição legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a SPC apurou prejuízo fiscal e não utilizou tal benefício.

O benefício da Depreciação Acelerada Incentivada ("DAI") representa o diferimento do pagamento do IRPJ e não alcança a CSLL. Este benefício fiscal é controlado no Livro de

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Apuração do Lucro Real – LALUR, portanto, não afeta a despesa de depreciação contabilizada desses ativos nos anos subsequentes.

Na unidade de Mucuri/BA, a depreciação integral dos bens do ativo imobilizado adquiridos para a Linha 2 ocorreu no início das atividades operacionais da Linha. Para os demais ativos imobilizados dessa unidade, e do Maranhão, o incentivo fiscal tem validade para as aquisições realizadas até dezembro de 2018 e poderá ser exercido até o 4º ano seguinte à aquisição do ativo imobilizado.

14. Investimentos

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano Papel e Celulose S.A. (1)	Nemopar S.A. (2)	Premesa S.A.	Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2015					
Quantidade de ações ou cotas possuídas					
Ações ordinárias	354.349.459	-	20.970	-	
Ações preferenciais	3.262.775	-	-	-	
Cotas	-	-	-	136.911	
Capital votante	97,25%	-	99,17%	83,33%	
Capital total	32,86%	-	99,17%	83,33%	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2015					
Ativo	28.259.985	-	8.544	2.740	
Passivo	19.067.904	-	224	676	
Patrimônio líquido	9.192.081	-	8.320	2.064	
Capital social	6.241.753	-	5.300	164	
Resultado do período	(925.354)	-	(1.026)	(834)	
c) Investimentos					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.523.134	374.816	8.793	2.319	3.909.062
Equivalência patrimonial	(85.338)	50.176	623	96	(34.443)
Dividendos (3)	(37.746)	-	(148)	-	(37.894)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (4)	(3.680)	-	-	-	(3.680)
Reversão de dividendos prescritos de controlada	184	-	-	-	184
Perda na variação de participação (5)	(1.721)	-	-	-	(1.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.394.833	424.992	9.268	2.415	3.831.508
Equivalência patrimonial	(308.473)	144.608	(1.018)	(695)	(165.578)
Dividendos (3)	(83.260)	-	-	-	(83.260)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (4)	18.462	-	-	-	18.462
Perda na variação de participação (5)	(1.342)	-	-	-	(1.342)
Extinção de controlada (2)	-	(569.600)	-	-	(569.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.020.220	-	8.250	1.720	3.030.190

(1) Última cotação em bolsa por ação preferencial "A" nominativa – R\$ 18,69 em 31 de dezembro de 2015, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 6.683.773;

(2) Empresa constituída no Uruguai foi dissolvida em 06 de agosto de 2015 (Nota 1.1c);

(3) Dividendos classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos;

(4) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada;

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(5) Perda na variação de participação, substancialmente decorrente da movimentação de ações em tesouraria na SPC;

15. Imobilizado – consolidado

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Outros Ativos	Terrenos e Fazendas	Obras em Andamento	Total
Taxa média anual de depreciação	4,39%	5,46%	16,93%	-	-	-
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.739.952	10.234.476	179.736	4.327.567	4.879.093	21.360.824
Transferências (c)	758.267	4.347.000	22.065	19.339	(5.146.671)	-
Transferências entre outros ativos (d)	24.223	3.253			(16.255)	11.221
Adições (b)	108	129.603	40.765	1.205	650.666	822.347
Incorporação VFSA	24.949	29	1.024	-	-	26.002
Baixas (a)	(20.396)	(68.310)	(1.699)	(9.936)	-	(100.341)
Capitalização de juros	-	-	-	-	36.144	36.144
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.527.103	14.646.051	241.891	4.338.175	402.977	22.156.197
Transferências (d)	117.792	411.720	32.418	10.429	(572.359)	-
Transferências entre outros ativos	(17.266)	(77.066)	(1.903)	(1.291)	(15.376)	(112.902)
Adições	(21)	119.554	15.106	975	394.334	529.948
Baixas	(1.100)	(34.401)	(1.737)	(12.196)	-	(49.434)
Capitalização de juros	-	-	-	-	6.930	6.930
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.626.508	15.065.858	285.775	4.336.092	216.506	22.530.739
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(552.070)	(4.121.257)	(135.452)	-	-	(4.808.779)
Transferências (c)	11.479	(12.330)	851	-	-	-
Transferências entre outros ativos (d)		(313)				(313)
Baixas (a)	7.618	46.585	966	-	-	55.169
Depreciações, amortizações e exaustões	(77.273)	(626.387)	(16.947)	-	-	(720.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(610.246)	(4.713.702)	(150.582)	-	-	(5.474.530)
Transferências entre outros ativos (d)	10.031	65.328	2.590	-	-	77.949
Baixas	965	25.138	(20.812)	-	-	5.291
Depreciações, amortizações e exaustões	(86.469)	(707.510)	1.145	-	-	(792.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(685.719)	(5.330.746)	(167.659)	-	-	(6.184.124)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.940.789	9.735.112	118.116	4.336.092	216.506	16.346.615
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.916.857	9.932.349	91.309	4.338.175	402.977	16.681.667

- a) Os valores de baixas incluem, além das baixas por alienação, baixas por obsolescência e sucateamento;
- b) As adições em Obras em Andamento referem-se, substancialmente, à construção da fábrica de celulose no Maranhão da SPC;
- c) Substancialmente composto pelas transferências relacionadas à construção da fábrica de celulose no Maranhão da SPC;
- d) Refere-se substancialmente à transferência da Unidade Embu da SPC, para o grupo disponível a venda, o saldo remanescente refere-se à transferência para o ativo intangível. Inclui transferências entre as rubricas de estoque, intangível, propriedades para investimento e ativos não-correntes a venda.

A classe de máquinas e equipamentos considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descritos na Nota 18.2.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2015, a SPC realizou o teste anual de recuperação de seus ativos, não sendo identificada nenhuma evidência que denotasse a redução do valor recuperável dos ativos.

15.1 Bens dados em garantia – consolidado

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados como garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, no montante de R\$10.932.132 (31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$ 11.772.855).

15.2 Despesas capitalizadas – consolidado

Durante o exercício de 2015 foram capitalizados juros no montante de R\$6.930 referente aos recursos utilizados para investimento na implantação do novo sistema de digestão da Unidade Suzano da SPC.

16. Ativos intangíveis – consolidado

16.1 Ágio

A SPC mantém ágios não sujeitos a amortização sobre os investimentos Vale Florestar e Paineiras Logística nos montantes de R\$45.435 e R\$10, respectivamente.

O valor de R\$34.047, referente o investimento B.L.D.S.P.E. Celulose e Papel S.A. (subsidiária incorporada pela SPC) foi realizado devido a operação de venda da Unidade Embu. (Nota explicativa 1.1, item a v).

16.2 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Vida útil em anos	Custo Contábil	Amortização Acumulada	Variação Cambial	Consolidado	
					Valores Residuais 31.12.2015	31.12.2014
KSR ^(a)						
Relacionamento com Clientes	5	22.617	(21.863)	-	754	5.278
Outros Intangíveis						
Marcas e Patentes	10	1.176	(829)	-	347	441
Software	5	83.433	(31.864)	-	51.569	37.185
Saldo da SPC		107.226	(54.556)	-	52.670	42.904
Futuragene						
Acordos de Pesquisa e Desenvolvimento	18.8	153.316 (a)	(95.125)	169.494	227.685	166.649
Outros Contratos de Licença	11.8	3.436 (a)	(3.411)	3.800	3.825	3.024
Outros Intangíveis						
Software	5	24	(24)	-	2	2
Saldo Consolidado		264.002	(153.116)	173.294	284.182	212.579

a) Valor convertido pela taxa original do dólar na data da apuração do ganho na alocação do preço pago.

Em 31 de dezembro de 2015 foi amortizado o montante de R\$62.077 no Consolidado (31 de dezembro de 2014 foram os montantes de R\$1 na controladora e R\$ 30.525 no consolidado).

Em 31 de dezembro de 2015, a SPC não identificou nenhuma evidência que denotasse a redução do valor recuperável desses ativos.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

17. Fornecedores – consolidado

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	525.393	456.526
Fornecedores estrangeiros	56.084	45.029
	581.477	501.555

A SPC, em geral, opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores operacionais de aproximadamente 41 dias. No caso de fornecedores de ativos imobilizados ou atrelados a projetos estruturais os prazos seguem negociação comercial estabelecida para cada operação, sem prazo médio específico.

17.1 Operações comerciais com fornecedores

As operações de risco sacado, apresentadas no balanço patrimonial na rubrica operações comerciais com fornecedores, são transações dos fornecedores da SPC junto à determinadas instituições bancárias com o objetivo de antecipar seus recebíveis, com a anuência da SPC. Em 31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$206.454 no Consolidado (31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$251.544) (Nota explicativa 3).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18. Financiamentos e empréstimos – consolidado

	Indexador		Taxa média anual de juros em 31.12.15	Vencimentos	31.12.2015	31.12.2014
Controlada direta Suzano Papel e Celulose S.A. - Consolidado						
Imobilizado:						
BNDES - Finem	Taxa fixa / TJLP	(1) (2) (10)	7,95%	2016 a 2024	1.353.777	1.784.305
BNDES - Finem	Cesta de moedas / US\$	(2) (10)	6,44%	2016 a 2022	675.576	2.614.936
BNDES - Finame	Taxa fixa / TJLP	(1) (2)	4,69%	2016 a 2024	21.982	25.425
FNE - BNB	Taxa fixa	(2)	5,75%	2016 a 2024	200.794	57.441
FINEP	Taxa fixa	(2)	4,21%	2016 a 2020	49.948	50.823
Crédito rural	Taxa fixa	(9)	6,50%	2016	112.424	169.511
Arrendamento mercantil financeiro	CDI / US\$			2016 a 2022	32.619	25.450
Financiamentos de Importações-ECA	US\$	(2) (3)	2,44%	2016 a 2022	1.571.288	1.229.931
					4.018.408	5.957.822
Capital de giro:						
Financiamentos de exportações	US\$	(4)	4,56%	2016 a 2022	2.501.592	1.896.408
Nota de crédito de exportação	CDI / Taxa fixa	(5)	14,52%	2016 a 2021	3.077.244	4.070.046
Senior Notes	US\$ / Taxa fixa	(6)	5,88%	2021	2.553.535	1.732.670
Desconto de duplicatas - Vendor				2016	38.470	54.312
Cédula de crédito bancário - CCB	CDI	(7)	13,53%	2016	178.271	46.175
Empréstimo sindicalizado	Libor	(8)	2,60%	2018 a 2020	2.329.362	-
Outros				2016	14.006	3.152
					10.692.480	7.802.763
Controladora						
Investimento:						
BNDESPAR	TJLP		4,50%	2015 a 2018	12.709	25.486
					14.723.597	13.786.071
Parcela circulante (inclui juros a pagar)					1.830.275	1.808.134
Passivo não circulante					12.893.322	11.977.937

Os financiamentos e empréstimos consolidados não circulantes vencem como segue:

	31.12.2015	31.12.2014
2016	-	1.479.005
2017	1.398.944	1.462.707
2018	2.606.135	1.825.602
2019	4.058.317	2.502.531
2020	1.354.486	1.679.431
2021	3.244.635	2.796.537
2022	149.942	232.124
2023 em diante	80.863	-
	12.893.322	11.977.937

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- 1) Termo de capitalização correspondente ao que exceder a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") divulgada pelo Banco Central;
- 2) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas da fábrica; (ii) propriedades rurais; (iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; (iv) aval de acionistas e (v) fiança bancária;
- 3) Em Outubro de 2006, a SPC firmou contrato de financiamento junto aos bancos *BNP Paribas e Société Générale*, na proporção de 50% para cada um no valor de US\$150 milhões, com objetivo de financiar equipamentos importados para a unidade de Mucuri/BA. Em maio de 2013 a SPC captou recursos referentes à contratação de duas operações financeiras de financiamento à importação (ECA – *Export Credit Agency*) de equipamentos destinados às instalações da unidade de produção de celulose no Maranhão. O montante total contratado equivale a US\$535 milhões, pelo prazo de até 9,5 anos, com as instituições financeiras *AB Svensk Exportkredit, BNP Paribas* via subsidiária *Fortis Bank SA/NV, Nordea Bank Finland Plc, Nordea Bank AB e Société Générale*, e com garantia das "*Export Credit Agency*" FINNVERA e EKN. Todos estes contratos possuem cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de junho de 2015, a SPC cumpriu com os níveis estabelecidos. A próxima verificação ocorrerá com base nos resultados de dezembro de 2015;
- 4) No exercício compreendido entre janeiro e dezembro de 2015 nenhuma nova operação de Financiamento de Exportação foi contratada pela SPC, sendo a variação justificada pela apreciação do Dólar frente ao Real (R\$/US\$2,6562 em dezembro de 2014 e R\$/US\$3,9048 em dezembro de 2015);
- 5) Em abril de 2015, foram emitidas duas Notas de Crédito à Exportação ("NCE") na modalidade compulsória no valor de R\$100.000 cada, com vencimentos em agosto e dezembro de 2015. Em junho de 2015 a SPC contratou uma operação de NCE de R\$675.000, securitizada por um CRA e disponibilizada ao mercado ao custo de 101% do CDI, sendo que os juros serão pagos semestralmente e o principal em parcela única em 2019. Adicionalmente, nos meses de junho e setembro, a SPC liquidou de forma antecipada R\$1.531.000 em NCE, que venceriam entre 2016 e 2021;
- 6) Em setembro de 2010 a SPC, por intermédio da sua subsidiária Suzano Trading, emitiu *Senior Notes* no mercado internacional no valor de US\$650 milhões com vencimento em 23 de janeiro de 2021, cupom com pagamento semestral de 5,875% a.a. e retorno para o investidor de 6,125% a.a. A SPC é garantidora da emissão, a qual constitui uma obrigação sênior sem garantia real da emissora ou da SPC e concorre igualmente com as demais obrigações dessas companhias de natureza semelhante. Entre setembro de 2013 e julho de 2014, a SPC, através da sua subsidiária Suzano Trading, recomprou US\$4,3 milhões do valor de principal das *Senior Notes* emitidas;
- 7) Em março de 2015, a SPC contratou duas operações de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") no valor total de R\$123.000 e prazo de vencimento de 1 ano;
- 8) Em Maio de 2015, a SPC, através de sua subsidiária Suzano Pulp and Paper Europe, contratou empréstimo sindicalizado no valor de US\$600 milhões com pagamento de juros trimestral e amortização do principal entre Maio de 2018 e maio de 2020. Esse empréstimo possui cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de junho de 2015, a Companhia cumpriu com os níveis estabelecidos. A próxima verificação ocorrerá com base nos resultados de dezembro de 2015;
- 9) Em maio e junho de 2015, foram contratadas pela SPC operações de crédito rural, no valor total de R\$108.300 e maturidade de um ano;
- 10) Nos meses de maio e junho de 2015 a SPC liquidou antecipadamente uma operação de BNDES-Finem no valor de R\$2.690.752.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Saldos iniciais	13.786.071	12.781.594	25.486	38.265
Captações	3.901.222	2.654.850	-	-
Juros apropriados	1.055.118	920.262	2.041	3.050
Variação cambial	2.871.789	854.940	-	-
Liquidação de principal	(5.885.130)	(2.612.903)	(12.777)	(12.779)
Liquidação de juros	(1.017.847)	(890.451)	(2.041)	(3.050)
Empréstimo adicionado por incorporação		46.367		
Custos de captação	(39.395)	(23.638)	-	-
Amortização dos custos de captação	51.769	55.050	-	-
	14.723.597	13.786.071	12.709	25.486

18.2 Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos mercantis em cujo termos a SPC e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro.

A SPC mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose. Esses contratos são denominados em dólares norte-americanos e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 8 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A administração da SPC possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores contabilizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão abaixo demonstrados:

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Máquinas e equipamentos	108.565	153.072
(-) Depreciação acumulada	(95.335)	(131.228)
Imobilizado líquido	13.230	21.844
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)		
Menos de 1 ano	5.509	3.758
Mais de 1 ano e até 5 anos	25.830	17.470
Mais de 5 anos	1.280	4.222
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	32.619	25.450
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	6.911	5.100
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	39.530	30.550

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18.3 Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos dos custos com captação de recursos financeiros a apropriar no resultado consolidado estão abaixo apresentados:

Natureza	Custo Total	Amortizações	Variação Cambial	Consolidado	
				Saldo à amortizar	
				31/12/2015	31/12/2014
Senior Notes	29.284	(63.811)	66.921	32.394	26.382
NCE	73.405	(44.422)	-	28.983	38.194
Pré-Pagamento	1.636	(473)	-	1.163	1.479
Importação (ECA)	101.736	(48.057)	-	53.679	70.350
Empréstimo Sindicalizado	19.824	(3.548)	4.611	20.887	-
FNE	730	(78)	-	652	-
Crédito Rural	34	(20)	-	14	-
Total	226.649	(160.409)	71.532	137.772	136.405

O custo total de Senior Notes da SPC foi convertido para Real pela taxa do US\$ na data da captação (US\$1,6942) e para as amortizações estão convertidas, nas respectivas datas, pela taxa do dólar de fechamento. O custo total da ECA inclui despesas relacionadas a prêmios de seguros, honorários e taxas.

O custo total do Empréstimo Sindicalizado da SPC foi convertido para Real pela taxa do Franco Suíço na data da captação (CHF 3,3795) e para as amortizações estão convertidas, nas respectivas datas, pela taxa do dólar de fechamento.

19. Provisão para contingências

19.1 Movimentação das provisões para contingências

	Saldo em 31.12.2014	Novos processos	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos	Saldo em 31.12.2015
SPC consolidado						
Tributárias e previdenciárias	174.755	26.278	(54.083)	20.238	(3)	167.185
Trabalhistas	41.190	6.784	(16.786)	10.081	(11.884)	29.385
Cíveis	2.595	145	(448)	291	(594)	1.989
	218.540	33.207	(71.317)	30.610	(12.481)	198.559
Controladora						
Suzano Holding S.A.						
Tributárias	27.383	-	-	-	-	27.383
Consolidado	245.923	33.207	(71.317)	30.610	(12.481)	225.942

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os principais processos da SPC e suas controladas são comentados a seguir:

19.2 Processos tributários e previdenciários

A SPC figurava no polo passivo em aproximadamente 260 processos administrativos e judiciais, de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como PIS, COFINS, IPI, ICMS, IRPJ/CSLL e contribuição previdenciária, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da SPC e pela Administração.

A SPC aderiu ao REFIS – Lei nº 11.941/09, no tocante a alguns processos, no montante aproximado de R\$13.398, valor esse que se encontra devidamente provisionado, sendo que os juros e as multas serão pagos mediante utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.

A SPC é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$212.734 e para os quais não há provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2015, a SPC e suas controladas mantinham R\$37.869 de depósitos judiciais relacionados a estes processos (31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$37.096).

19.3 Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, a SPC figurava no polo passivo em aproximadamente 2.100 processos de natureza trabalhista, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da SPC e pela Administração.

De maneira geral, os processos trabalhistas da SPC estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a SPC. Adicionalmente, a SPC é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$29.040 e para os quais não há provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2015, a SPC mantinha R\$23.784 de depósitos judiciais relacionados a estes processos (31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$22.291).

19.4 Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2015, a SPC figurava no polo passivo em aproximadamente 240 processos cíveis.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trabalho, ações possessórias, ambiental, dentre outras.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A SPC é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$1.410 e para os quais não há provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2015, a SPC não possuía depósitos judiciais relacionados a estes processos (31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$112).

Os processos judiciais envolvendo a Companhia são descritos a seguir:

19.5 Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração

Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobrás. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 394 milhões. Após discussão em âmbito administrativo, o auto foi integralmente cancelado por decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Dada a existência de depósitos judiciais vinculados à discussão administrativa acima resumida, os quais somavam R\$274 milhões em dezembro de 2015 (dezembro de 2014 eram R\$255 milhões), a Companhia requereu o levantamento da quantia em juízo, o que teve aquiescência da Procuradoria da Fazenda Nacional e foi deferido pela Justiça igualmente em dezembro de 2015. Com a liberação dos recursos, a discussão sobre a matéria esta definitivamente encerrada.

19.6 Processos tributários

A Companhia figura no polo passivo de um processo judicial, de natureza tributária, no qual é discutida a não-incidência de PIS/COFINS sobre valores recebidos a título de juros sobre capital próprio, o qual encontra-se provisionado no montante de R\$27.383, devido a probabilidade de perda ser considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia mantinha R\$27.383 de depósito judicial relacionado a este processo.

20. Passivos atuariais – consolidado

20.1 Planos de benefícios definidos

A Companhia e a SPC asseguram a um grupo pré-determinado de aposentados, de forma vitalícia, quatro planos de benefícios definidos. São eles:

- Programa de assistência médica Sepaco: Assegura o custeio de assistência médica junto a uma rede credenciada e ao Hospital Sepaco, para ex-funcionários que requereram aposentadoria até 2003 (até 1998 para os ex-funcionários da antiga Ripasa), bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- Programa de assistência médica Bradesco: Assegura o custeio de assistência médica junto ao Bradesco Saúde, para o conjunto de ex-funcionários que, excepcionalmente, segundo critérios e deliberação da Companhia e da SPC, adquiriram direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98.
- Programa de assistência médica Sul América Saúde (unidade de Limeira, antiga Conpacel): Assegura o custeio de assistência médica junto a Sul América, para o conjunto de ex-funcionários com direito adquirido, segundo critérios e direitos associados ao cumprimento dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98.
- Seguro de vida: Oferece o benefício de seguro de vida aos aposentados junto ao Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor das obrigações futuras destes benefícios foi de R\$263.141 (31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$277.463).

As principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas para o cálculo do plano médico e seguro de vida estão demonstradas abaixo:

20.2 Principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo

	Premissas atuariais	
	2015	2014
Taxa de desconto - plano médico	7,30% a.a.	6,15% a.a.
Taxa de desconto - seguro de vida	7,30% a.a.	6,15% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica	3,0% a.a.	3,0% a.a.
Inflação econômica	5,70% a.a.	5,0% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57

Em 31 de dezembro de 2015, a sensibilidade do saldo do passivo atuarial às mudanças nas principais premissas utilizadas, considerando mantidas as demais, é como segue:

	Mudança	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 5,23 %	Aumento de 5,75 %
Taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	Aumento de 6,89 %	Redução de 6,31 %
Mortalidade	1 ano	Aumento de 3,78 %	Redução de 3,82 %

20.3 Movimentação do passivo atuarial

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	277.463	255.138
Juros sobre obrigação atuarial	33.629	31.539
Perda (Ganho) atuarial	(31.981)	5.271
Benefícios pagos no exercício	(15.970)	(14.485)
Saldo final	263.141	277.463

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21. Plano de remuneração baseado em ações

21.1 Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em moeda corrente

Para seus principais executivos e membros chave, a Companhia e a SPC possuem plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) atrelado ao preço da ação da SPC com pagamento em moeda corrente. São estabelecidas condições gerais de aquisição e de outorga pela SPC de 'ações fantasma' a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas anualmente em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Remuneração, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da SPC.

A determinação das quantidades de ações fantasma a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos, determinados com base em: i) cumprimento de metas; ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo Comitê de Remuneração; e iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários com aporte de mesmo valor pela SPC, e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da SPC negociadas nos últimos 90 pregões.

As condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas após um período de carência de três anos e, quando aplicável, até um período limite de seis anos, a contar da data da outorga. As condições de aquisição não são satisfeitas quando: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme item (iii) do parágrafo anterior, houver desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento) e ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasma, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasma.

O preço de exercício de cada ação fantasma é determinado pela média das ações preferenciais da SPC nos últimos 90 pregões, a contar da data de exercício, acrescidos pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício, multiplicados por um percentual de desempenho da SPC em relação aos seus concorrentes, quando aplicável.

Conforme determinado na reunião do Comitê de Remuneração em Outubro de 2012, o valor das ações de todos os programas vigentes até 31 de dezembro de 2012 será fixado no valor mínimo de R\$9,00 (nove reais) por ação.

Em 2012 foram outorgados os Programas Especial 2012a (anteriormente denominado ILP Especial I) e Os Programas Especial 2012b e Especial 2012c (anteriormente denominados ILP Especial II). Programa Especial 2012a possui um valor mínimo para resgate fixado em R\$9,00 e um valor máximo de R\$15,53 por ação. Já os Programas Especiais 2012b e 2012c possuem um resgate mínimo garantido em R\$9,00, sem um valor máximo fixado

Em 1º de março de 2013 foi outorgado o Programa ILP 2013. Este programa de ações fantasma tem o prazo de carência de 3 anos a partir da data de outorga e prazo de vencimento de 6 anos em relação à data de outorga. O valor de exercício das ações fantasma é baseado na média dos últimos 90 pregões anteriores à data de exercício.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Em 1º de abril de 2014 e 2015, foram outorgados o Programa SAR (*Share Appreciation Rights*), de opções fantasma, exclusivo para novas inclusões a partir desta data. Adicionalmente a SPC em 1º de setembro de 2015 outorgou o mesmo Programa SAR (*Share Appreciation Rights*).

Nesse programa, o participante deverá investir 5% do valor total correspondente ao número de opções no momento da outorga e 20% após três anos para efetivar a aquisição da opção. Estes valores serão calculados pela média da cotação dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão.

Os prazos de carência e de vencimento são de 3 e 5 anos a partir da data de outorga, respectivamente. O cálculo do valor a ser pago pelo beneficiário no momento do exercício também será com base na média da cotação dos últimos 90 pregões até o último dia do mês anterior da data de exercício.

Em 1º de Março de 2015, a SPC outorgou o Programa “Diferimento 2014”, referente ao complemento do bônus adicional do ano de 2014. As datas de carência e expiração do plano para exercício das ações acontecerão em 01 de março de 2018 e 2019.

Em 1º de setembro de 2015, a SPC também outorgou o Programa “ILP 2015”. A data de carência e expiração do plano para exercício das ações acontecerá em 1º de Setembro de 2018 e este programa possui as mesmas regras para resgate dos planos de ILP vigentes até 2012, exceto valor mínimo fixo para resgate das ações fantasmas.

As parcelas descritas acima somente serão devidas caso o executivo esteja no quadro de funcionários da SPC na data do pagamento. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa da SPC ou por iniciativa do executivo, antes de completar os prazos acima mencionados, o executivo perde o direito ao recebimento de todos os incentivos em aberto.

Nas datas em que não ocorra negociação das ações da SUZB5, prevalecerá o valor da última negociação. Para as opções outorgadas e subscritas pelos beneficiários não haverá distribuição de dividendos.

Para os planos com outorgas até 2013, continuam vigentes as condições estipuladas para os programas anteriores, até a data de liquidação.

21.2 Plano de remuneração baseada em ações com pagamento em ações ou alternativamente em moeda corrente (opções de compra de ações preferenciais classe ‘A’)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações preferenciais Classe ‘A’ (‘Plano’) da SPC.

O Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga pela SPC, de opções de compra de ações a executivos, administradores e colaboradores (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos e administrados pelo Comitê de Remuneração, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da SPC.

Segundo o Plano, as opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da SPC, assim como deverão ser provenientes, conforme venha a ser sugerido pelo Comitê de Remuneração e aprovado pelo Conselho de

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Administração: (i) da emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da SPC; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Em reunião do Conselho de Administração realizada 11 de agosto de 2010 (data da outorga), foi aprovado o segundo Programa do Plano no qual a SPC outorgou opções de compra aos beneficiários, assim como determinou as seguintes condições para que estes passem a ter direito de exercício dessas opções (condições de aquisição e não aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa, pedido de demissão voluntária ou por aposentadoria, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as opções que lhe foram outorgadas, sem indenização; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasma, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente em quantidade pro rata ao prazo de carência das ações fantasma; iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas opções nos termos definidos pelo regulamento.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas Opções.

O Preço de Exercício foi fixado, por opção, em R\$15,53 para o programa 2, deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos entre a data da outorga e o exercício da opção, sendo ambos atualizados com base no Custo Médio Ponderado de Capital da SPC (CMPC) calculado por instituições financeiras renomadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária da SPC, realizada em 30 de Abril de 2013, foi aprovado o 3º Programa de Opção de Compra de Ações. Este programa concede aos beneficiários o direito de comprar ações da SPC por um preço pré-definido desde que as metas relacionadas a: (i) Valorização das Ações da SPC, (ii) Relação Dívida Líquida / EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization) e (iii) ROE (Return on Equity) sejam atingidas. A superação das metas descritas também tem o efeito de redução do período de carência dos lotes de opções em 12 meses.

Os períodos de carência e vencimento do Programa 2 e Programa 3 são apresentados abaixo:

Programa	Período de carência	Quantidade de ações preferenciais classe "A"
Programa 2	1a. data de exercício: de 01/08/2013 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	2a. data de exercício: de 01/08/2014 a 31/12/2015	120.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	3a. data de exercício: de 01/08/2015 a 31/12/2015	360.000 ações ou 60% do total de ações sob opção
Programa 3	1a. data de exercício: de 18/01/2015 a 18/04/2015	1.800.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	2a. data de exercício: de 18/01/2016 a 18/04/2016	1.800.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	3a. data de exercício: de 18/01/2018 a 18/04/2018	1.800.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	4a. data de exercício: de 18/01/2019 a 18/04/2019	1.800.000 ações ou 20% do total de ações sob opção
	5a. data de exercício: de 18/01/2020 a 18/04/2020	1.800.000 ações ou 20% do total de ações sob opção

Em 31 de dezembro de 2015, havia 10.645 mil ações preferenciais classe "A" em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21.3 Movimentação dos planos de incentivo a longo prazo

i. Ações fantasma

SPC - 31/12/2015														
Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	1a. Carência	2a. Carência	Disponíveis no início do período	Outorgas no período	Exercida	Exercida por Demissão	Transferência	Abandonadas/ Prescritas	Abandonada/ Prescritas por Demissão	Disponíveis no Fim do Período	Preço Médio Ponderado das Ações Exercidas
ILP 2008 (PN) mar-09	01/03/2009	R\$ 15,11	R\$ 18,11	01/03/2012	01/03/2015	43.549		43.549					-	
ILP 2009 A - mar08	01/03/2008	R\$ 34,74	R\$ 18,11	01/03/2013	01/03/2016	8.474		1.215					7.259	
ILP 2008 A - mar08 / mar12	01/03/2008	R\$ 34,74	R\$ 18,11	01/03/2012	01/03/2015	6.347		6.347					-	
ILP 2009 - mar09 / mar12	01/03/2009	R\$ 15,11	R\$ 18,11	01/03/2012	01/03/2015	9.838		9.838					-	
ILP 2009 M - set09 / set12	01/09/2009	R\$ 15,11	R\$ 18,11	01/09/2012	01/09/2015	28.408		20.446				7.962		
ILP 2010	01/03/2010	R\$ 23,86	R\$ 18,11	01/03/2013	01/03/2016	159.926		105.149				36.415	18.362	
ILP 2011	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 18,11	01/03/2014	01/03/2017	88.003		3.678				41.150	43.175	
ILP 2012	01/03/2012	R\$ 7,49	R\$ 18,11	01/03/2015	01/03/2018	865.572		573.741	46.826			87.167	157.838	
ILP 2011 (F)	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 18,11	01/03/2014	01/03/2017	7.159							7.159	
ILP 2012 (PE)	30/09/2012	R\$ 9,00	R\$ 18,11	30/09/2015	30/09/2018	35.225		10.000					25.225	
ILP 2013	01/03/2013	R\$ 6,58	R\$ 22,64	01/03/2016	01/03/2019	1.159.918			44.104		76.400	101.297	938.117	
Programa Especial 2012a	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	31/03/2015	31/03/2015	70.000		70.000						
Programa Especial 2012b	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	30/06/2014	30/06/2014	30.000		9.923			20.077			
Programa Especial 2012b	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	31/03/2015	31/03/2015	30.000		22.317			7.683			
Programa Especial 2012b	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	31/03/2015	31/03/2015	40.000		40.000						
Programa Especial 2012c	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	31/03/2015	31/03/2015	80.000		80.000						
Programa Especial 2012c	21/12/2012	R\$ 5,55	R\$ 15,53	31/03/2016	31/03/2016	140.000							140.000	
SAR 2014	01/04/2014	R\$ 8,93	R\$ 19,05	01/04/2017	01/04/2019	997.617					93.227		904.390	
Diferimento 2014	01/03/2015	R\$ 10,80	R\$ 18,11	01/03/2015	01/03/2018	-	304.558	1.705	2.660		30.087		270.106	17,30
Diferimento 2014	01/03/2015	R\$ 10,80	R\$ 18,11	01/03/2015	01/03/2019	-	304.558	1.705	2.660		30.087		270.106	17,30
SAR 2015	01/04/2015	R\$ 11,69	R\$ 18,16	01/04/2015	01/04/2018	-	747.600				7.352		740.248	
SAR 2015 - Setembro	01/09/2015	R\$ 15,99	R\$ 17,42	01/09/2015	01/09/2018	-	4.340						4.340	
ILP 2015	01/09/2015	R\$ 15,99	R\$ 18,11	01/09/2015	01/09/2018	-	62.540		2.085		16.677		43.778	
TOTAL						3.800.036	1.423.596	999.613	98.335	-	281.590	273.991	3.570.103	17,30

SPC 31/12/2014													
Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	1a. Carência	2a. Carência	Disponíveis no início do período	Outorgas no período	Exercida	Exercida por Demissão	Transferência (1)	Abandonada/ Prescritas por Demissão	Disponíveis no Fim do Período	Preço Médio Ponderado das Ações Exercidas
ILP 2007 (PN)	01/03/2008	R\$34,74	R\$9,00	01/03/2011	01/03/2014	13.043	-	13.043	-	-	-	-	9,00
ILP 2008 (PN) mar-09	01/03/2009	R\$15,11	R\$10,08	01/03/2012	01/03/2015	55.769	-	12.220	-	-	-	43.549	9,00
ILP 2009 A - mar08	01/03/2008	R\$34,74	R\$10,08	01/03/2013	01/03/2016	11.663	-	3.189	-	-	-	8.474	9,00
ILP 2008 A - mar08 / mar12	01/03/2008	R\$34,74	R\$10,08	01/03/2012	01/03/2015	11.663	-	5.316	-	-	-	6.347	9,00
ILP 2008 - jan09 / set12 (ii)	01/01/2009	R\$18,01	R\$10,08	01/03/2012	01/03/2015	16.502	-	16.502	-	-	-	-	9,00
ILP 2007 (PE)	01/08/2008	R\$34,74	R\$10,08	01/09/2014	01/09/2014	10.125	-	10.125	-	-	-	-	9,00
ILP 2007 (PN) - PA	01/03/2008	R\$43,38	R\$9,00	01/03/2011	01/03/2014	2.837	-	2.837	-	-	-	-	9,00
ILP 2009 - mar09 / mar12	01/03/2009	R\$15,11	R\$10,08	01/03/2012	01/03/2015	14.724	-	4.886	-	-	-	9.838	9,00
ILP 2009 M - set09 / set12	01/09/2009	R\$15,11	R\$10,08	01/09/2012	01/09/2015	35.017	-	6.609	-	-	-	28.408	9,00
ILP 2010	01/03/2010	R\$23,86	R\$10,08	01/03/2013	01/03/2016	87.251	-	18.354	-	91.029	-	159.926	9,00
ILP 2011	01/03/2011	R\$18,64	R\$10,08	01/03/2014	01/03/2017	363.730	-	247.957	27.770	-	-	88.003	9,00
ILP 2012	01/03/2012	R\$7,49	R\$10,08	01/03/2015	01/03/2018	946.776	-	-	75.820	89.360	94.744	865.572	9,00
ILP 2011 (F)	01/03/2011	R\$18,64	R\$10,08	01/03/2014	01/03/2017	7.159	-	-	-	-	-	7.159	-
ILP 2009 (J)	01/09/2010	R\$17,25	R\$10,08	01/09/2013	01/09/2016	3.441	-	3.441	-	-	-	-	9,00
ILP 2012 (PE)	30/09/2012	R\$9,00	R\$10,08	30/09/2015	30/09/2018	35.225	-	-	-	-	-	35.225	-
ILP 2013	01/03/2013	R\$6,58	R\$10,08	01/03/2016	01/03/2019	1.224.987	-	-	57.203	117.059	124.925	1.159.918	8,97
Programa Especial 2012a (2)	21/12/2012	R\$5,55	R\$10,08	31/03/2014	31/03/2014	70.000	-	70.000	-	-	-	-	9,00
Programa Especial 2012a (2)	21/12/2012	R\$5,55	R\$10,08	31/03/2015	31/03/2015	70.000	-	-	-	-	-	70.000	-
Programa Especial 2012b (2)	21/12/2012	R\$5,55	R\$10,08	30/06/2014	30/06/2014	30.000	-	-	-	-	-	30.000	-
Programa Especial 2012b (2)	21/12/2012	R\$5,55	R\$10,08	31/03/2014	31/03/2014	40.000	-	40.000	-	-	-	-	9,00
Programa Especial 2012b (2)	21/12/2012	R\$5,55	R\$10,08	31/03/2015	31/03/2015	30.000	-	-	-	-	-	30.000	-
Programa Especial 2012b (2)	21/12/2012	R\$5,55	R\$10,08	31/03/2015	31/03/2015	40.000	-	-	-	-	-	40.000	-
Programa Especial 2012c (2)	21/12/2012	R\$5,55	R\$10,08	31/03/2014	31/03/2014	60.000	-	60.000	-	-	-	-	9,00
Programa Especial 2012c (2)	21/12/2012	R\$5,55	R\$10,08	31/03/2015	31/03/2015	80.000	-	-	-	-	-	80.000	-
Programa Especial 2012c (2)	21/12/2012	R\$5,55	R\$10,08	31/03/2016	31/03/2016	140.000	-	-	-	-	-	140.000	-
SAR 2014	01/04/2014	R\$8,93	R\$8,16	01/04/2017	01/04/2019	-	1.012.539	-	-	-	14.922	997.617	-
TOTAL						3.399.912	1.012.539	514.479	160.793	297.448	234.591	3.800.036	9,00

(1) Ações recebidas em decorrência de transferência de colaboradores da Futuragene e Suzano Holding para SPC.

(2) O Programa ILP Especial I foi renomeado para Programa Especial 2012a e o Programa ILP Especial II foi renomeado para Programa Especial 2012b e Programa Especial 2012c

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Controladora Suzano Holding - 31/12/2015

Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	Carência	Expiração	Disponíveis no Início do Período	Outorgadas no Período	Exercida	Transferida Saída	Transferida Entrada	Abandonadas/ Prescritas	Abandonada/ Prescritas por Demissão	Disponíveis no Fim do Período	Preço Médio Ponderado das Ações Exercidas
ILP 2010	01/03/2010	R\$ 23,86	R\$ 18,11	01/03/2013	01/03/2016	1.565		1.565					-	-
ILP 2011	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 18,11	01/03/2014	01/03/2017	24.048		24.048					-	-
ILP 2012	01/03/2012	R\$ 7,49	R\$ 18,11	01/03/2015	01/03/2018	195.440		195.440					-	-
ILP 2013	01/03/2013	R\$ 6,58	R\$ 22,64	01/03/2016	01/03/2019	231.922		74.659			4.977		152.286	17,19
SAR 2014	01/04/2014	R\$ 8,93	R\$ 19,05	01/04/2017	01/04/2019	181.332							181.332	-
SAR 2015	01/04/2015	R\$ 11,69	R\$ 18,16	01/04/2018		-	141.945						141.945	-
Total:						634.307	141.945	295.712	-	-	4.977	-	475.563	17,19

Controladora Suzano Holding - 31/12/2014

Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	Carência	Expiração	Disponíveis no Início do Período	Outorgadas no Período	Exercida	Transferida Saída	Transferida Entrada	Abandonadas/ Prescritas	Abandonada/ Prescritas por Demissão	Disponíveis no Fim do Período	Preço Médio Ponderado das Ações Exercidas
ILP 2007 (PA)	01/03/2008	R\$ 43,38	R\$ 10,08	01/03/2011	01/03/2014	13.053		13.053					-	9,00
ILP 2009 - mar09 / mar12	01/03/2009	R\$ 15,11	R\$ 10,08	01/03/2012	01/03/2015	1.577		1.577					-	9,00
ILP 2010	01/03/2010	R\$ 23,86	R\$ 10,08	01/03/2013	01/03/2016	1.565							1.565	-
ILP 2011	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 10,08	01/03/2014	01/03/2017	46.951		54.402		31.499			24.048	9,00
ILP 2012	01/03/2012	R\$ 7,49	R\$ 10,08	01/03/2015	01/03/2018	257.776			126.956	64.620			195.440	-
ILP 2013	01/03/2013	R\$ 6,58	R\$ 10,08	01/03/2016	01/03/2019	278.829			126.543	79.636			231.922	-
SAR 2014	01/04/2014	R\$ 8,93	R\$ 8,16	01/04/2017	01/04/2019	-	181.332						181.332	-
Total:						599.751	181.332	69.032	253.499	175.755	-	-	634.307	9,00

ii. Opções de compra de ações preferenciais Classe 'A'

SPC - 31/12/2015

					Preço	Quantidade de ações				
Programa	Séries outorgadas	Data de outorga	1º data exercício	2º data exercício e expiração	Na data de outorga	Outorgadas	Exercidas	Não exercida por demissão	Expiradas	Total em vigor em 30/12/2015
Programa 2	Série I	11/08/2010	01/08/2013	31/12/2015	5,97	80.000	-	-	80.000	-
	Série II	11/08/2010	01/08/2014	31/12/2015	5,97	80.000	-	-	80.000	-
	Série III	11/08/2010	01/08/2015	31/12/2015	5,97	240.000	-	-	240.000	-
Programa 3	Série I	18/01/2013	18/01/2015	18/04/2015	3,53	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série II	18/01/2013	18/01/2016	18/04/2016	3,71	1.800.000	1.800.000	-	-	-
	Série III	18/01/2013	18/01/2018	18/04/2018	3,91	1.800.000	-	-	-	1.800.000
	Série IV	18/01/2013	18/01/2019	18/04/2019	3,96	1.800.000	-	-	-	1.800.000
	Série V	18/01/2013	18/01/2020	18/04/2020	3,99	1.800.000	-	-	-	1.800.000
Total						9.400.000	3.600.000	-	400.000	5.400.000

21.4 Reconhecimento e mensuração do valor justo dos pagamentos baseados em ações

i. Plano de ações fantasma

Por ser um Plano liquidado em caixa, a SPC deve revisar o valor justo das ações fantasmas em toda divulgação de resultados. Este valor é multiplicado pelo TRS (*Total Shareholder Return*) observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ii. Plano de opção de compra de ações

Para a mensuração do valor justo das opções de compra de ações preferenciais Classe A do Programa 2 e Programa 3, a SPC utilizou, respectivamente, os modelos matemáticos de aproximação para opções de Bjerksund & Stensland e modelo Binomial, os quais consideraram a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas matemáticas:

Descrição das premissas	Indicadores			
	Opções			
	Programa II	Programa III	SAR 2014	SAR 2015
Modelo de Cálculo	Bjerksund-Stensland	Binomial	Simulação de Monte Carlo	Simulação de Monte Carlo
Preço do ativo base (1)	R\$ 7,02/ ação	R\$ 7,73/ ação	R\$ 8,93/ ação	R\$ 10,93/ ação
Expectativa de volatilidade (2)	40,02% a.a.	40,47% a.a.	36,82 % a.a.	34,77 % a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções (3)	2,59 anos	Igual à vida da opção	Igual à vida da opção	Igual à vida da opção
Expectativa de dividendos (4)	3,49% a.a.	3,49% a.a.	2,94% a.a.	2,94% a.a.
Taxa de juros média ponderada livre de risco (5)	média de 8,02%	média de 8,99%	média de 11,90%	média de 12,83%

- (1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5;
- (2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 745 observações de retornos para o programa SAR;
- (3) A expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
- (4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da SPC;
- (5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações financeiras estão demonstrados abaixo:

	Consolidado			
	Passivo e	Patrimônio	Resultado	
	líquido			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	48.513	32.049	(33.827)	(14.478)
Patrimônio líquido				
Reserva de opções de compra de ações	23.091	25.939	(3.506)	(9.572)
Resultado			(37.333)	(24.050)

	Controladora			
	Passivo		Resultado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	5.791	4.430	(5.834)	(1.668)
Resultado			(5.834)	(1.668)

22. Compromissos com aquisição de ativos – consolidado

Em 31 de dezembro de 2015, estes compromissos totalizavam o montante de R\$824.864 na SPC e estão classificados no Passivo circulante e Passivo não circulante (31 de dezembro de 2014, o montante era de R\$714.690).

22.1 Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”)

A SPC e suas controladas realizaram transações para aquisição de terras e reflorestamento através de CRI. Em 31 de dezembro de 2015, os compromissos relacionados a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas em construção no Maranhão totalizaram o montante de R\$167.485, apresentado na rubrica de Compromissos com aquisição de Ativos no Passivo Circulante e Não Circulante (31 de dezembro de 2014, o montante foi de R\$171.725).

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Empresas compradoras	Suzano	Ondurman	Amulya
<i>Características do contrato</i>			
Valor do contrato	51.716	75.000	59.379
Tipo de imóvel	Casas em construção	Terras	Terras
Tipo de contrato	CRI	CRI	CRI
Companhia securitizadora / emissor	RB Capital Companhia de Securitização	Brazilian Securities	Brazilian Securities
Agente fiduciário	Pentágono	Oliveira Trust Dist. Tít. Mob.	Oliveira Trust Dist. Tít. Mob.
Data de emissão	13/12/2012	27/10/2009	21/02/2011
Prazo final	13/12/2024	27/10/2023	21/02/2025
Nº de parcelas	11	168	168
Periodicidade de pagamento	Anual	Mensal	Mensal
Prazo	12 anos (incluso 24 meses de carência)	14 anos	14 anos
Índice de reajuste	IPCA	TR	TR
Juros remuneratórios	5,68% a.a.	11,40%/a.a.	11,23%/a.a.

22.2 Aquisição do (“VFFIP”)

Em 08 de agosto de 2014, a aquisição do VFFIP foi efetivada pela SPC pelo montante de R\$ 528.941, com o pagamento de R\$44.998 a título de sinal na data do fechamento. O saldo remanescente devedor no montante de R\$483.943 será pago no prazo de 10 a 15 anos, sendo o montante de R\$195.551 atualizado pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e o montante de R\$288.392 atualizado pela variação cambial do dólar acrescentando-se a estes juros usuais de mercado para este tipo de transação.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo remanescente total atualizado era de R\$657.379 na SPC, apresentado na rubrica de Compromissos com Aquisição de Ativos no Passivo Circulante e Não Circulante, (31 de Dezembro de 2014, o montante era de R\$542.965).

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital autorizado

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Companhia era de R\$ 1.953.374, integralmente realizado e dividido em 168.698 mil ações nominativas, sem valor nominal, sendo 70.805 mil ações ordinárias com direito a voto, 68.573 mil ações preferenciais de classe A e 29.320 mil ações preferenciais de classe B sem direito a voto.

23.2 Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Em 25 de junho de 2015, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 57.116, debitados a Reserva de Lucros, da seguinte forma: R\$ 0,32 (trinta e dois centavos de real) para as ações ordinárias; R\$ 0,352 (trinta e cinco centavos de real e vinte milésimos de centavos de real) para as ações preferenciais classe A e classe B. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 16 de julho

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

de 2015, com base na posição acionária em 25 de junho de 2015, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 26 de junho de 2015.

Em 12 de novembro de 2015, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$37.482, debitados a Reserva de Lucros, da seguinte forma: R\$0,21 (vinte e um centavos de real) para as ações ordinárias; R\$0,231 (vinte e três centavos de real e dez milésimos de centavos de real) para as ações preferenciais classe A e classe B. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 25 de novembro de 2015, com base na posição acionária em 12 de novembro de 2015, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 13 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou o pagamento de juros sobre capital próprios no montante de R\$80.320, debitados a Reserva de Lucros, da seguinte forma: R\$0,45 (quarenta e cinco centavos de real) para as ações ordinárias; R\$0,495 (quarenta e nove centavos de real e cinquenta milésimos de centavos de real) para as ações preferenciais classe A e classe B. Os dividendos serão pagos até 31 de março de 2016 aos acionistas, com base na posição acionária em 21 de dezembro de 2015, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 22 de dezembro de 2015.

23.3 Reservas

i. Reservas de lucros

O estatuto social estabelece a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

ii. Reserva de capital

A Reserva de capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais e ganhos de variação de participação em controlada.

23.4 Ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

i. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na SPC. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS.

ii. Outros resultados abrangentes

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas das variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior, variação cambial das investidas no exterior, o ganho ou perda com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures de 5º emissão em ações

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da SPC.

23.5 Prejuízo por ação

Básico

O prejuízo básico por ação foi calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

	31.12.2015		
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(91.486)	(97.462)	(41.673)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período	70.805	68.573	29.320
Prejuízo básico por ação	(1,29208)	(1,42129)	(1,42129)

	31.12.14		
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores	(22.308)	(23.765)	(10.162)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período	70.805	68.573	29.320
Prejuízo básico por ação	(0,31506)	(0,34657)	(0,34657)

Diluído

A Companhia não apresentou ações potenciais que provocariam diluição.

24. Outras receitas operacionais, líquidas – consolidado

	31.12.2015	31.12.2014
Resultado na venda de outros produtos	5.608	4.397
Resultado na venda de ativo imobilizado e biológicos	685	432
Resultado na atualização do valor justo dos ativos biológicos	23.145	12.847
Provisão para perda e baixa de imobilizados e biológicos (1)	(53.164)	(39.664)
Acordo comercial com fornecedores (2)	-	31.500
Recebimento de processos judiciais (3)	-	10.756
Amortização do ativo intangível	(19.815)	(15.326)
Realização de ágio por alienação de ativos (4)	(20.731)	-
Perda de créditos fiscais (5)	(40.943)	-
Outras receitas operacionais	1.017	9.980
Total de outras receitas operacionais	30.462	69.958
Total de outras despesas operacionais	(134.660)	(55.036)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(104.198)	14.922

- 1) Em 31 de Dezembro de 2015 o montante refere-se a R\$46.657 de baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos e R\$6.507 com ativos imobilizados da SPC. Em 31 de Dezembro de 2014, o montante era composto

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

substancialmente por R\$17.431 referente a baixa de ativos operacionais obsoletos e R\$16.005 a constituição de provisão para perdas sobre ativos operacionais da SPC.

- 2) Refere-se a acordo comercial firmado com ex fornecedor da SPC, em decorrência de eventuais créditos remanescentes da relação comercial.
- 3) O montante refere-se a recebimento parcial de créditos de empréstimos compulsórios discutidos em ações judiciais contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás pela SPC.
- 4) O montante refere-se a perda com alienação da unidade fabril de Embu-SP com a Ibema, operação da SPC, fato relevante citado na (Nota explicativa 1.1 a)v).
- 5) O montante refere-se a baixa do crédito de ICMS da SPC, não homologado no Estado do Maranhão (Nota explicativa 9.3).

25. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Rendimento de aplicações financeiras	277.180	252.157	7.098	4.856
Receitas financeiras com avais e fianças concedidas	-	-	12.755	21.241
Outras receitas financeiras	35.318	36.400	18.691	17.173
Total das receitas financeiras	312.498	288.557	38.544	43.270
Despesas de juros	(1.192.430)	(1.031.325)	(2.042)	(3.050)
Outras despesas financeiras	(60.031)	(56.699)	(2.500)	(5)
Total das despesas financeiras	(1.252.461)	(1.088.024)	(4.542)	(3.055)
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(3.286.245)	(908.314)	-	-
Variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	457.839	210.568	(144.607)	(50.176)
Variação monetária e cambial, líquida	(2.828.406)	(697.746)	(144.607)	(50.176)
Ganhos em operações com derivativos	156.777	64.680	-	-
Perdas em operações com derivativos	(787.028)	(122.070)	-	-
Resultado de operações com derivativos	(630.251)	(57.390)	-	-
Receitas financeiras	312.498	288.557	38.544	43.270
Despesas financeiras	(4.711.118)	(1.843.160)	(149.149)	(53.231)
Resultado financeiro líquido	(4.398.620)	(1.554.603)	(110.605)	(9.961)

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

26. Receita Líquida – consolidado

	31.12.2015	31.12.2014
Receita bruta de vendas	11.263.696	8.392.642
Deduções		
Impostos sobre vendas (a)	(971.037)	(959.010)
Devoluções e cancelamentos	(60.461)	(152.584)
Descontos e abatimentos	(7.470)	(15.688)
Receita Líquida	10.224.728	7.265.360

(a) Inclui o montante de 1% até o mês de Novembro/2015 e 2,5% para Dezembro/2015 sobre o valor da receita bruta, referente a contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, com vigência indeterminada, conforme estabelece a Lei 12.546/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações.

27. Informação por segmento – consolidado

As informações apresentadas nas colunas Não Segmentado referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de Papel, Celulose e Imobiliário como, por exemplo, gastos com tecnologia da informação, resultado financeiro líquido e administrativos, entre outros, os quais não são alocados.

	31.12.2015				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado(1)	Total
Receita líquida	6.603.406	3.620.955	367	-	10.224.728
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(4.398.620)	(4.398.620)
Despesas administrativas	-	-	-	(27.481)	(27.481)
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	-	(104.198)	(104.198)
Resultado operacional	2.248.531	925.969	(2.838)	(4.530.299)	(1.358.637)
	31.12.2015				
Total dos ativos	13.984.101	4.990.287	3.561	9.643.981	28.621.930
	31.12.2014				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não Segmentado(1)	Total
Receita líquida	3.851.303	3.413.296	761	-	7.265.360
Resultado financeiro líquido	-	-	-	(1.554.603)	(1.554.603)
Despesas administrativas	-	-	-	(25.363)	(25.363)
Outras receitas operacionais líquidas	-	-	-	14.922	14.922
Resultado operacional	603.463	611.915	(607)	(1.565.044)	(350.273)
	31.12.2014				
Total dos ativos	13.444.974	4.878.378	4.215	10.140.332	28.467.899

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(1) A Companhia e suas controladas não gerenciam essas informações por segmento de negócios, por isso, alocam no fluxo de não segmentado.

28. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Custo do Produto Vendido				
Gastos com pessoal	478.324	432.461	-	-
Custo variável	3.058.399	2.680.553	-	-
Custos logísticos	866.682	654.822	-	-
Depreciação, exaustão e amortização	1.227.175	1.139.607	-	-
Demais custos	555.260	449.341	-	-
	6.185.840	5.356.784	-	-
Despesas Comerciais				
Gastos com pessoal	96.698	78.733	-	-
Serviços	51.725	36.188	-	-
Despesas com logística	209.823	157.285	-	-
Depreciação e amortização	3.528	3.116	-	-
Outras despesas (1)	48.212	25.474	-	-
	409.986	300.796	-	-
Despesas Administrativas				
Gastos com pessoal	280.371	243.670	5.975	6.981
Serviços	110.569	84.629	18.493	14.485
Depreciação e amortização	22.639	16.758	57	98
Outras despesas (2)	71.142	73.315	4.107	6.951
	484.721	418.372	28.632	28.515
	7.080.547	6.075.952	28.632	28.515

(1) Inclui despesas com provisão para perda de devedores duvidosos, seguros, materiais de uso e consumo, viagem, estadia, feiras e eventos.

(2) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, despesas com viagem e estadia.

29. Cobertura de seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia e suas controladas mantêm coberturas securitárias para os riscos que possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia e de suas controladas.

Dentre as modalidades de seguros contratadas pela companhia e suas controladas, são destaques:

- **Riscos Operacionais:** Cobertura de danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, raio e explosão, desentulho, alagamentos, quebra de maquinário e danos elétricos, bem como Perda de Receita Bruta causada pela interrupção de produção consequente de danos materiais. Em 31 de Dezembro de 2015, na SPC, a importância segurada era de R\$24.968.579 e o limite máximo de indenização era de R\$5.320.000.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- **Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O):** Cobertura com objetivo de proteger a responsabilidade civil dos Executivos por perdas e danos resultantes de suas atividades como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade. Em 31 de Dezembro de 2015, no Consolidado, a importância segurada era de R\$120.000.
- **Responsabilidade Civil e Geral:** Reembolsa a companhia e suas controladas por indenizações decorrentes de sentenças transitadas em julgado ou por acordos previamente aprovados e autorizados pela seguradora por involuntários danos materiais e/ou físicos causados a terceiros decorrentes das atividades industriais e/ou comerciais, inclusive por poluição accidental. O seguro abrange também entre outros a responsabilidade do empregador, veículos contingentes, produto no território nacional. Em 31 de dezembro de 2015, no Consolidado, a importância segurada era de R\$10.000.

30. Avais e fianças

As garantias assumidas pela Companhia junto às partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, eram as seguintes:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Suzano Papel e Celulose S.A.(1)		
BNDES	411.171	3.209.779
FNE - BNB	201.446	57.441
	<u>612.617</u>	<u>3.267.220</u>

1) Prestados como garantia de empréstimos junto ao BNDES e do Banco do Nordeste do Brasil, utilizados nas aquisições de máquinas e equipamentos e financiamentos de programas florestais, com vencimentos até 31 de outubro de 2024;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia reconheceu como receita financeira o montante de R\$12.755 (31 de dezembro de 2014, o montante foi de R\$21.241) referente à concessão das referidas garantias.

31. Eventos subsequentes

Eventos subsequentes da SPC

Aquisição de florestas de eucalipto

Em 27 de janeiro de 2016, a SPC assinou com a Eco Brasil Florestas S.A. ("Eco Brasil") instrumento de compra de florestas de eucalipto, pela qual a SPC comprou da Eco Brasil o volume estimado de 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) metros cúbicos de florestas de eucalipto localizadas no Estado do Tocantins.

A Operação de Aquisição de Madeira tem como objetivo aumentar o abastecimento de madeira da Unidade Imperatriz, para fazer frente à expansão da produção de celulose na referida unidade.

Operação com Ibema

Em 4 de janeiro de 2016, após o atendimento de todas as condições precedentes e das aprovações de todos os órgãos regulatórios, concluiu, na mesma data, a operação com a Ibema e a Ibemapar.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A partir da referida data, a Ibema passa a deter a unidade de Embu/SP e a Ibemapar e a SPC passam a ser acionistas da Ibema, na proporção inicial de 62% (sessenta e dois por cento) e 38% (trinta e oito por cento) do seu capital social, respectivamente.

Revisão de taxaço e decisào afirmativa no processo de *dumping*

Em 12 de janeiro de 2016, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América (EUA) proferiu nova decisào revisando a taxaço antidumping aplicada contra a SPC de 33,09% para 22,16%, a ser aplicada exclusivamente ao papel não revestido cortado (*folio e cut size*) exportado para os EUA.

Em 9 de fevereiro de 2016, a *International Trade Commission* (“ITC”), órgão responsável por apurar se as importações dos países investigados estão causando dano ao mercado americano, proferiu decisào final afirmativa no processo de dumping contra a Austrália, Brasil, China, Indonésia e Portugal, ratificando a aplicação de taxa antidumping nas vendas dos investigados para os EUA. A decisào do ITC não altera o cenário atual, mantendo a taxaço de 22,16% contra a SPC.

Em qualquer caso, a SPC poderá solicitar as revisões anuais previstas na legislação pertinente.

Evento subsequente da Companhia

Pagamento de dividendos

Em 16 de fevereiro de 2016, foi realizada Reunião de Diretoria (RD) que aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$167.778, debitados a Reserva de Lucros, da seguinte forma: R\$0,94 (noventa e quatro centavos de real) para as ações ordinárias; R\$1,034 (um e três centavos de real e quarenta milésimos de centavos de real) para as ações preferenciais classe A e classe B. Os dividendos foram pagos aos acionistas em 25 de fevereiro de 2016, com base na posição acionária em 16 de fevereiro de 2016, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de 17 de fevereiro de 2016.